PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC-SP

Anderson Tsuioshi Alves Tamura

A Resposta de João Daniel ao projeto português para o Amazonas

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC-SP

Anderson Tsuioshi Alves Tamura

A Resposta de João Daniel ao projeto português para o Amazonas

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação do Prof. Doutor- Fernando Torres Londoño.

SÃO PAULO

2010

Errata:

Capa	Linha 03	Onde se lê Resposta	Leia-se resposta
Dedicatória	Linha 01	Onde se lê A minha mãe,	Leia-se A minha mãe
Resumo	Linha 13	Exclui-se nosso estudo	
Índice	Linha 11	Exclui-se III.III	
Folha 09	Linha 04	Leia-se economia da região norte da colônia portuguesa	
Folha 09	Linha 14	Onde se lê manterem	Leia-se manter
Folha 10	Linha 02	Onde se lê D. José	Leia-se D. José I
Folha 10	Linha 03	Exclui-se a primeira vírgula	
Folha 10	Linha 05	Substitui-se absolutismo lógico por idéias absolutistas	
Folha 11	Linha 05	Onde se lê deveria ser	Leia-se não obedecendo
Folha 11	Linha 18	Onde se lê seria	Leia-se é
Folha 12	Linha 14	Exclui-se possivelmente	
Folha 13	Linha 01	Substitui-se Pe. por Padre	
Folha 13	Linha 07	Onde se lê que forçado	Leia-se que foi forçado
Folha 13	Linha 18	Onde se lê tratou defender	Leia-se tratou de defender
Folha 14	Linha 03	Onde se lê Amazonas	Leia-se amazonas
Folha 15	Linha 01	Onde se lê deveria	Leia-se deve
Folha 15	Linha 15	Onde se lê explicaria	Leia-se explica
Folha 17	Linha 03	Onde se lê e utilizava	Leia-se a utilizava
Folha 20	Linha 14	Onde se lê representou	Leia-se realizou
Folha 21	Linha 14	Onde se lê tanto atenção	Leia-se tanto a atenção
Folha 24	Linha 17	Onde se lê seria tão rentável	Leia-se era tão rentável
Folha 27	Linha 04	Onde se lê seriam	Leia-se eram
Folha 27	Linha 09	Onde se lê seriam	Leia-se eram
Folha 30	Linha 20	Onde se lê exerciam possuíam	Leia-se exerciam e possuíam
Folha 31	Linha 04	Onde se lê sertão, a...	Leia-se sertão e a...
Folha 37	Linha 02	Exclui-se a vírgula	
Folha 37	Linha 21	Exclui-se a vírgula	
Folha 37	Linha 24	Exclui-se as aspas	

Folha 41 Linha 02 Exclui-se a vírgula

Folha 41 Linha 09 Onde se lê sendo descrição que a comparação Leia-se sendo a descrição e a comparação

Folha 41 Linha 10 Onde se lê um grande sistema Leia-se um sistema

Folha 41 Linha 18 Exclui-se as aspas

Folha 43 Linha 01 Onde se lê ordem Leia-se Ordem

Folha 43 Linha 03 Onde se lê Uti Possidetis Leia-se uti possidetis

Folha 43 Linha 16 Onde se lê tratados Leia-se Tratado

Folha 44 Linha 20 Exclui-se a vírgula

Folha 46 Linha 09 Exclui-se nascidos

Folha 47 Linha 06 Onde se lê dentre de suas... Leia-se dentre suas...

Folha 49 Linha 08 Exclui-se as aspas

Folha 51 Nota 88 Leia-se LEITE, Serafim, S. J A História da Companhia de Jesus no Brasil. São Paulo: Loyola, 1987. Vol VI.

Folha 59 Linha 14 Onde se lê ter a modificado Leia-se te-la modificado

Folha 70 Linha 09 Onde se lê citada Leia-se citadas

Folha 75 Linha 03 Exclui-se a vírgula

Folha 79 Linha 04 Exclui-se a palavra provavelmente

Folha 92 Linha 02 Onde se lê mas a para... Leia-se mas para...

Folha 95 Linha 24 Onde se lê a idade lhe salvou Leia-se a idade o salvou

Folha 97 Linha 06 Onde se lê para a se explicar Leia-se para se explicar

Folha 98 Linha 17 Onde se lê devido a os padres Leia-se devido os padres

Folha 101 Inserir na bibliografia linha 04: ANCHIETA, José de. Minhas Cartas. São Paulo: Edições Loyola 2006.

Excluem-se as aspas e parênteses de todas as citações.

FOLHA DE APROVAÇÂO

Banca Examinadora:

_____

_____

_____

A minha mãe, Regina que tornou tudo em minha vida possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a minha família principalmente mãe, padrasto e irmãos. Também devo este trabalho a minha companheira de tantos anos Mariana por todo apoio e incentivo e a nossa amada Laura que é tão especial que me faltam palavras.

Alguns professores foram importantes na minha formação acadêmica, principalmente meu orientador e amigo Fernando Londoño, que sempre me incentivou e acreditou em meu potencial, agradeço sua paciência e atenção sempre redobrada. Quando iniciei minha vida acadêmica o professor Eduardo Góes Neves me ensinou importantes lições para o meu amadurecimento profissional, da mesma maneira agradeço a professora Ivone Dias Avelino, que acompanhou este trabalho desde o início. Agradeço também aos professores: Maria Odila, Estefânia Knotz Fraga, Tota e Ênio José da Costa Brito pelos conselhos e aulas inspiradoras. Aos meus colegas de trabalho na Faculdade de Itapecerica da Serra especialmente o professor Mauro pela enorme ajuda.

A todos os amigos presentes e que me apoiaram, em especial ao Fernando (bolinha) que esteve sempre presente nos principais momentos de minha vida. Por fim, gostaria de agradecer a professora Margarida Cecília Corrêa Nogueira Rocha, por ter confiado e me oferecido à oportunidade de ingressar no universo acadêmico como professor.

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar a obra do Padre jesuíta João Daniel, que iniciou sua trajetória como representante da Ordem Inaciana na colônia portuguesa ao norte, no Estado do Grão Pará e Maranhão durante a segunda metade do século XVIII, período em que os conflitos entre inacianos e governo português eram constantes. Nesse contexto que se encontrava a figura histórica do Padre João Daniel, em meio à disputa entre coroa e a ordem jesuítica que este inaciano escreveu sua obra. João Daniel propôs um desenvolvimento econômico para a Amazônia baseado no conhecimento dos jesuítas sobre a fauna, flora e geografia da região que o mesmo considerava os verdadeiros tesouros amazônicos. Ao mesmo tempo debatia e respondia as acusações do Estado português contra a ordem e permeava discussões sobre a natureza e a fauna do Novo Mundo. Sob esta perspectiva que propomos nosso estudo, analisar o trabalho deste inaciano, valorizar sua obra como uma voz importante no século XVIII que defendia a Amazônia, tendo em vista que seu trabalho aborda uma série de questões relevantes como, a importância da fauna e flora, a necessidade de adaptação do meio para o desenvolvimento econômico e a funcionalidade da mão-de-obra indígena.

Palavras- chave: Natureza; América; Jesuítas; Amazônia.

Abstract:

This paper aims to analyse jesuit priest João Daniel's work, that started his path as a representaive to the Inacian Order in the portuguese colons to the north in the state of Grão Pará e Maranhão during the secound half of the XVIII century, a period when the conflict between the inacians and the portuguese government were constant. That was the context where were the historic figuring of priest João Daniel in the midle of the dispute between the crown and the jesuitical Order, writing hes works. João Daniel propose a economic projet for the Amazon based upon the jesuits knowledge about the fauna, flora and geography of the region which he considered the true Amazon treasures. At the same time, he debated and answered the Portuguese State's accusations against the order and carried through discussion about the nature and fauna in the New Word. That is the perspective througt which we propose own study, analyzing this Inacian´s Work, praising his work as an important voice in the XVIII century, bearing in the mind that that his work approaches a number of relevant questions such as the importance of the fauna and flora, the need for adapting the environment toward, economic development and the indigenous handwork functionality.

Keywords: Nature; America; Jesuits; Amazon.

Índice:

Introdução.....P-09

CAPÍTULO I Os jesuítas e a coroa no Estado de Grão Pará e Maranhão no governo do Marques de Pombal. **–**

I. I. A disputa pela riqueza do Amazonas..... P-14

I. II. Dois projetos, dois sentidos.....P- 31

CAPÍTULO II As polêmicas sobre a natureza americana: a inferioridade essencial VS a refutação da experiência.

II. I Em defesa da América: os jesuítas e a polêmica do Novo Mundo.....P-40

II. II João Daniel, os filósofos e o Amazonas: nem todos os discursos são evidencia na praxe.....P-53

CAPÍTULO III Aproveitando o tesouro do Amazonas: a resposta do João Daniel e a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão.

III. I João Daniel: povoamento, estabilidade e riqueza para o Amazonas.....P-72

III. II A Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão: agricultura, povoamento e enriquecimento.....P-91

III. III

CONCLUSÃO.....P-97

FONTE.....P-101

BIBLIOGRAFIA.....P-101

Introdução:

Esta pesquisa tem como objetivo interpretar a obra do Pe. João Daniel "Tesouro Descoberto no Máximo rio Amazonas", que fomentou um projeto que visava aproveitar as riquezas amazônicas com o intuito de desenvolver o comércio e a economia da região de desenvolvimento econômico para a região norte da colônia portuguesa no século XVIII, especificamente o Estado do Grão-Pará e Maranhão. No momento em que as terras ao norte da colônia tornaram-se interessantes para o governo português e as discussões referentes ao Novo Mundo se apresentavam ao grande público europeu.

Neste contexto, entre os defensores do Novo Mundo no século XVIII estiveram os jesuítas, tanto os presentes nas terras lusas quanto nas hispânicas. Havia apenas um agravante, os inacianos estavam sendo expulsos das terras Ibero Americanas. Os principais motivos para a expulsão dos inacianos foram os tratados de fronteiras celebrados entre Portugal e Espanha e os meios que utilizavam para manterem as missões, além disso, os jesuítas eram acusados de não permitir a divisão dos territórios entre as duas posses das coroas ibéricas.

No caso português, a Ordem havia perdido o prestígio e a influencia de outros tempos, eram acusados de administrar grandes redes de comércio,

principalmente no norte da colônia, difamar o rei e participar do atentado contra D. José em 1757 e da revolta popular do Porto[1].

No norte, no Estado do Grão Pará e Maranhão, onde se encontrava João Daniel, a coroa pretendia tornar a região um local rentável para a metrópole. O projeto era liderado pelo então Marquês de Pombal, que baseado em um absolutismo lógico[2] tratou de eliminar o principal entrave para este projeto, os padres inacianos, expulsou os jesuítas das terras lusitanas promovendo uma perseguição sistemática aos padres administrou e estimulou pela Europa uma propaganda séria contra a Ordem Inaciana[3].

Para que a região pudesse trazer lucros para a coroa, foi fomentado o projeto português para o desenvolvimento do Norte do Brasil que visava facilitar o acesso a mão de obra indígena na região, organizar a produção e comercialização de especiarias e devolver o poder econômico regional a Portugal, porque a coroa, segundo a visão de Pombal, estaria naquela região a mercê dos jesuítas que eram acusados de dominar a mão de obra indígena, a produção e o comércio de especiarias. Obviamente tal posicionamento da coroa criou uma série de conflitos entre a ordem inaciana e o estado Português e culminou na expulsão e aprisionamento dos inacianos do Brasil, Pombal considerou que os padres jesuítas dominavam e utilizavam os indígenas como escravos, impedindo

---

[1] **DOMINGUES**, Beatriz H. *Tão Longe Tão Perto: A Ibero-América e a Europa Ilustrada*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p 77.
[2] **MAXWELL**, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. P 19.
[3] *Ibid.*

o desenvolvimento da região e que não obedeciam e impediam a delimitação das fronteiras.

O contexto desta disputa é o século XVIII, o momento em que as discussões sobre a natureza do Novo Mundo eram pauta na Europa. Era o período áureo do iluminismo, a razão deveria ser o caminho para as grandes descobertas da ciência. Neste sentido, a América era um continente intocado pelo conhecimento racional e lógico do XVIII. Surgiram uma série de explicações para o estado natural em que se encontrava o Novo Mundo, como em pleno século das luzes um continente habitado por homens ainda poderia encontrar-se em estado de natureza? Quais seriam as explicações? Os teóricos que escreveram a respeito da natureza do Novo Mundo culparam o homem e a natureza selvagem e imatura. João Daniel considerava, como enunciava no título de sua obra, a natureza Amazônia um tesouro com as mais variadas possibilidades de utilização e aproveitamento de sua flora. Certamente, ao propor tal defesa, confronta diretamente com os teóricos iluministas que também dissertavam sobre a América.

É sob esta perspectiva que este projeto pretende problematizar a obra de João Daniel, em que medida seu trabalho seria uma resposta à coroa portuguesa e a expulsão da ordem das terras lusitanas e também as concepções que denegriam a América classificando-a como um continente improdutivo e inabitável pela sociedade civilizada da Europa Ocidental. Com isso, justificando a presença dos inacianos na Amazônia.

Padre João Daniel viveu cerca de dezesseis anos na região do Vale Amazônico, após ser expulso do Brasil por ordens pombalinas em 28 de novembro de 1757, foi preso em Portugal onde permaneceu até sua morte. Durante o cárcere o padre escreveu sua obra intitulada "Tesouro descoberto no Máximo rio Amazonas", este título se refere a como o padre considerava o Vale Amazônico, padre João Daniel foi Etnólogo, geógrafo e jesuíta português, nasceu na cidade de Travaços em 24 de julho de 1722 e ingressou na Companhia de Jesus em Lisboa no ano de 1739, mesmo ano em que foi mandado pra a Amazônia. Completou seus estudos no Colégio de São Luís, estudou física e também humanidades, foi enviado ao Brasil como missionário em Cumaru (Pernambuco). Em novembro de 1757 foi expulso do Brasil e preso, levado a Portugal. Não se sabe em qual das prisões escreveu sua obra, passou cinco anos no forte de Almeida e quatorze na torre de São Julião. As condições do cárcere eram péssimas, fato este que enaltece o esforço de seu trabalho. Possivelmente, com o tempo o rigor das prisões que passou diminuiu e houve meio de introduzir papel e tinta nos cárceres de São Julião, justifica-se esta afirmação devido à, pelo que se sabe João Daniel ter sido desterrado apenas com as roupas do corpo[4].

> ***"Eu gemendo e chorando opresso com o peso da minha cruz, submergido, e enterrado em funesto sepulcro, e subterrânea cova de minha prisão vou pedindo a Deus piedade, e misericórdia; e que com a sua se digne a santificar a minha cruz[5]".***

[4] **DANIEL**, João. Tesouro Descoberto no Máximo rio Amazonas. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional: Vol I, 1976. P 13.
[55] *Ibid.* P 7.

Pe. João Daniel sistematizou em sua obra todos os conhecimentos que tinha sobre a região, geográficos, etnógrafos, históricos e botânicos. O autor avaliou o seu contexto através de uma análise da história antiga regional, observando mitos e lendas até então fortemente presentes. Ao mesmo tempo faz observações sobre a natureza detalhadas e também discute pensamentos iluministas da época e a concepção social e natural do Novo Mundo. A intenção de sua obra é clara, defender a terra que forçado a abandonar e valorizar o que ele vislumbrava como riqueza, a natureza do vale amazônico.

Para sistematizar a proposta deste trabalho, inicialmente inserimos João Daniel em seu contexto, a época das luzes e essencialmente as discussões relativas ao trabalho da Ordem levantadas no governo de D. José. Estas idéias foram diretamente influenciadas pelo então primeiro ministro de Portugal Marquês de Pombal, testa de ferro do rei. Em sua obra Daniel tratou de refutar sistematicamente as determinações de Pombal colocadas em prática por seu meio irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado pelo ministro Governador do Estado do Grão Pará e Maranhão. Como homem de seu tempo e atento as questões que estudavam o Novo Mundo e sua natureza, o inaciano abriu um breve e importante debate com os naturalistas franceses e tratou defender e exaltar os tesouros regionais. Pela densidade da obra é possível considerar este debate breve, porém importante. O centro da discussão de João Daniel é com Pombal e as determinações reais contra os jesuítas.

Capítulo I Os jesuítas e a coroa no Estado de Grão Pará e Maranhão no governo do Marques de Pombal.

I.I. A disputa pela riqueza do Amazonas.

As descrições sobre o cenário colonial no Brasil desde o final do século XVII assumiram perspectivas diferentes das apresentadas em momentos anteriores. Discussões relativas às possibilidades de ocupação dos territórios e melhores possibilidades de utilização das riquezas naturais que visavam o desenvolvimento econômico estavam em pauta. É possível perceber a ruptura de uma visão anterior que priorizava a descrição de um universo mágico e exuberante e tratava de uma natureza magnífica de populações com culturas das mais diversas, para um momento, entre o final do século XVII e XVIII, em que a ciência não buscava apenas a descrição e a catalogação, era necessário determinar utilidades, encontrar explicações científicas e meios teórico práticos para o desenvolvimento das idéias que incomodavam e traziam novas questões à tona, ***"a simples observação se transformava em análise[6]".*** É possível considerar então três alicerces básicos dessa nova visão da ciência: sociedade, natureza e economia. No sócio-político, foi o momento do totalitarismo democrático[7], em pauta estavam os questionamentos sobre o poder das monarquias absolutistas e qual seria a função da igreja na sociedade. Toda

[6] **SILVA**, Wilton Carlos Lima da. As Terras Inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P 159.
[7] **TALMON**, J.L. The Origins of Totalitariam Democracy. New York, Secker and Warburg, 1952. Apud **FALCON**, Francisco José Calazans . A Época Pombalina. São Paulo: Ática, 1982. P 99.

intervenção do poder deveria justificar a vontade de uma nação, valeria então a vontade geral[8]. Os assim denominados iluministas teriam encontrado uma nova era de realizações.

> ***"Nossa época gosta de denominar-se época da filosofia. De fato ao examinarmos sem preconceito algum a situação atual dos nossos conhecimentos, não poderemos negar que a filosofia realizou entre nós grandes progressos[...] Tudo tem sido discutido, analisado, removido, desde os princípios das ciências até os fundamentos da religião revelada [...] Fruto desta efervescência geral dos espíritos uma nova luz se derrama sobre muitos objetos e novas obscuridades os encobrem...[9]".***

Neste momento, assim como na sociedade à natureza necessitava de explicações, quais as razões da existência de ecossistemas complexos, quais seriam os motivos das particularidades desses sistemas no Velho Mundo, Novo Mundo e no extremo oriente, o que explicaria a superioridade da Europa Ocidental? Sua religião? Organização social? As monarquias? As nações? Os iluministas tentavam achar razões para o mundo que as grandes navegações do século XVI apresentaram quase todos conquistados, a superioridade estaria relacionada a esta prerrogativa da conquista.

---

[8] **ROSSEAU,** J. J. O Contrato Social; princípios de direito político. São Paulo: Edições e Publicações Brasil S. A, 1960. P 7.
[9] *Ibid.* P 20.

As excentricidades do Novo Mundo e seus habitantes precisavam de um sentido racional, a simples descrição já não contentava a ciência. No século XVIII o universo intocado das Américas começava a ser desvendado, teorias importantes sobre a fauna e flora foram desenvolvidas, e de paraíso tropical, a América passou a inferno verde com habitantes semidébeis e natureza quase imprópria para a exploração de seus recursos, esta era explicação para o não desenvolvimento das Américas. A natureza era o principal alicerce do desenvolvimento econômico, domina-la era necessário para a civilidade, e neste sentido, a natureza da América era indomável, portanto, improdutiva e inútil para a exploração econômica, sequer os índios eram bons escravos.

Assim, o iluminismo europeu do século XVIII também permeou a Amazônia portuguesa, este território certamente foi um dos mais encantadores e míticos do Novo Mundo principalmente em um momento anterior, no século XVI, os europeus encontraram a realidade de seus mitos, seres denominados pelos cristãos demoníacos foram expulsos da Europa e vieram ocupar o aconchegante Novo Mundo. As novas idéias que dominavam a Europa na época das luzes deveriam tirar a América das trevas, desta construção de pensamento fomentada dois séculos antes pelos primeiros viajantes aventureiros que se arriscaram a conhecer a sua natureza selvagem. Alguns filósofos iluministas trataram de apresentar teorias que explicassem a Amazônia não como um local bestializado, mas pouco desenvolvido pelo fato de ser novo e atrasado, a natureza indomável americana precisava de explicações, as classificações que descreviam os felinos menores, a ausência de grandes mamíferos e a falta de civilidade dos nativos deveriam ter um sentido racional. Assim, o homem americano também foi considerado natural, ou em estado de natureza, em uma fase de desenvolvimento social que antevia a civilidade. Mas o que significava este estado de natureza?

Para uns a bondade natural, para outros a semidebilidade que talvez explicasse o não avanço social dos povos americanos nativos, este homem não dominava a natureza e utilizava explorava seus recursos era a própria natureza. No século XVIII a ciência acreditava que havia dominado a natureza e estaria aquém de suas causas e efeitos.

Apesar das várias teorias que se apresentaram sobre a América e a racionalidade de sua existência, o extraordinário ainda permeava o imaginário tanto dos europeus por análises distantes. Mesmo dos religiosos e colonos que habitavam a Amazônia.

> ***"Merece, pois o primeiro lugar o homem marinho, por ser o homem de todos os seres viventes sensitivos o mais nobre. Que há homens marinhos, o tem mostrado por vezes a experiência; ou eles sejam, os que com nome de serea baptizaram os historiadores, ou outra diversa espécie, como parece mais provável, que participe da figura e do feitio de peixe, e de homem, mas sim sejam inteiramente como homens na figura, e em tudo semelhantes aos mais, menos no racional[10]".***

Todo esse processo foi primordial não apenas a Portugal, as sociedades ibéricas que necessitavam de mudanças, eram vistas pelas grandes potências como sociedades ainda clericais e que devido a isso eram fechadas em relação

[10] **DANIEL**, *Op. Cit.* P 85

às transformações que eram eminentes no século XVIII[11], remetentes a uma séria mudança de paradigmas relativas ao pensamento moderno, este processo foi denominado iluminismo.

As mudanças em Portugal eram necessárias. Com a ascensão de D. José I ao trono português este processo progrediu, seu principal aliado foi Sebastião José de Carvalho e Melo nomeado pelo rei primeiro ministro português entre 1750 e 1777. A América parecia se apresentar como solução, no ponto de vista econômico, poderia ser um novo pólo, já que em meados do século XVIII a metrópole assistia a queda na extração de ouro em Minas Gerais, e as atividades dos jesuítas davam força a tal hipótese. Culturalmente, era o momento de Portugal respirar os ares da razão e acabar com a imagem retrógrada de seu absolutismo monárquico.

O governo de Pombal nunca foi considerado com unanimidade fiel representante do iluminismo, porém não há como negar que sua administração seguiu as metas de um absolutismo lógico[12] que apesar da forma autoritária de governo típica do absolutismo, suas bases eram claramente ligadas aos novos tempos. Neste momento Portugal começava a adaptar-se a nova economia de mercado em voga na Europa, os objetivos de seu governo obedeciam a três metas essenciais; a monopolização do comércio, equilíbrio da balança comercial, controle das exportações de ouro e avanço das pesquisas relativas às ciências

[11] **FALCON**, *Op. Cit.* P 50
[12] **MAXWELL**, *Op. Cit*. P 19.

humanas e naturais[13] por estes motivos poderíamos denominar este importante personagem da história portuguesa como definitivamente um déspota esclarecido. Dentre as principais transformações econômicas feitas por Pombal, administrativas e educacionais podemos destacar a fixação de salários aos trabalhadores do campo em 1756, fixação do tamanho das propriedades rurais, a lei da Boa Razão que proibia os autos de fé públicos, restringiu a pena de morte aos condenados do Santo Ofício, exceto em casos especiais 1769-1873 e modernização da Universidade de Coimbra.

Algumas das modificações legislativas de Pombal vieram a atacar diretamente a ordem e poder dos jesuítas em Portugal. No momento em que inibe práticas educacionais e retira dos inacianos o poder de dirigir a educação e seus respectivos moldes e principalmente em suas colônias. Esta era uma obsessão de Pombal, acabar com o poder dos inacianos[14]. Podemos destacar algumas das leis que atacaram diretamente a Ordem: a que fechou as aulas gratuitas dos jesuítas, em 1759[15], a reforma da Universidade de Coimbra que segundo afirmava Pombal ***"era necessário combater a ignorância e os erros que durante dois séculos a pedagogia jesuítica havia instilado na mentalidade portuguesa[16].***

[13] **RIBEIRO**, Elivam Rosas. O Marquês de Pombal e o Mercantilismo em Portugal. In. Pombal e a Modernização do Sistema Colonial: História, 1701-1824. Andrade, Manuel Correia de. (org). São Paulo: Brasiliense, 1964.
[14] **AZEVEDO**, João Lucio de. O Marquês de Pombal e sua Época. Ed Alameda, São Paulo, 2004.
[15] Alvará de 28 de julho de 1759. *Apud* **AZEVEDO**. P 295.
[16] *Ibid*. P 295.

Pombal determinou o fim da mesa censória e divulgação dos livros que haviam sido condenados pela Companhia[17], tais atos considerava que ***"transgrediam todos os direitos, natural, divino e positivo, toda a caridade cristã, e até os ditames da mesma humanidade[18]".***

Na colônia do Grão Pará e Maranhão, algumas determinações foram cruciais e motivaram uma série de discussões entre inacianos e Estado português. Na segunda metade do século XVIII o Império vivia um período de transformações, como já citado, a queda da produção aurífera no centro oeste da colônia aumentou o interesse português em desenvolver outras formas de exploração[19]. Assim, conseqüentemente o Grão Para e Maranhão ganhou uma maior importância. Entre os anos de 1751 e 1759 o cargo de governador geral do Estado foi ocupado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão e importante aliado do primeiro ministro.

O momento em que Pombal tornou-se ministro de D. José I representou uma série de mudanças importantes em Portugal. Pombal foi um homem de grande visão política, conhecedor do continente em que vivia, sabia que Portugal estava longe do que representava a Europa moderna, suas experiências em Londres e Viena representando a coroa lusitana abriram seus olhos para a situação diferenciada de seu reino.

---

[17] Lei de 5 de abril de 1768. Apud **AZEVEDO**, 2004: 295)
[18] *Ibid.*
[19] **COELHO**, Mauro César. *"O Diretório dos índios e as chefias indígenas: Uma inflexão".* Pará: Editora da UFPA, 2006.

Portugal representava o atraso, com uma estrutura quase feudal de desenvolvimento e domínio econômico da nobreza e do clero sobre a população praticamente agrária, a burguesia não representava força política[20]. A partir deste interesse, foi criado o *Projeto português de desenvolvimento do Estado do Grão Para e Maranhão* que tinha três objetivos principais: a "liberdade dos índios"; abolição do poder temporal dos missionários; incentivo a produção e ao comércio.

Para Pombal era necessário o desenvolvimento do comércio na colônia, tendo em vista que as conquistas portuguesas não se deram através do desenvolvimento da produção industrial metropolitana, mas por meio da exploração das colônias no âmbito da circulação de mercadorias. O sucesso de tal empreendimento era necessário para estabilizar a balança comercial e aproveitar melhor o comércio de especiarias, tais medidas eram essenciais para o desenvolvimento da metrópole [21].

Aos olhos da coroa portuguesa a região amazônica passou a ser interessante, esta que chamava tanto atenção dos naturalistas europeus e parecia apresentar possibilidades diversas de exploração, até então, era pouco

---

[20] **ASSUNÇÃO,** Paulo de. Negócios Jesuíticos: A administração dos bens divinos. Tese de doutorado em História social apresentada a FFLH – Departamento de História, USP-SP. São Paulo, 2001. p 96.

[21] **BANDEIRA**, Elcia Torres. Modernização e Conflito no Brasil Pombalino. Companhia das Letras. 2003.

aproveitada pela coroa salvo um parco comércio das drogas do sertão e excentricidades naturais que eram comercializadas na Europa. Na primeira metade do século XVIII, as atenções estavam voltadas para as minas da região centro oeste do Brasil e a produção de açúcar no nordeste da colônia.

As concepções sobre a Amazônia começaram a mudar a partir da metade do século XVIII, quando o interesse da coroa portuguesa pela capacidade econômica da região cresceu. O estado português havia perdido posses na África e na Ásia, economicamente foi necessário suplantar essas perdas. A região norte da colônia parecia ser atraente neste sentido, principalmente devido à observação pelos portugueses da experiência jesuítica, que segundo o Estado, desenvolviam um crescente comércio na parte norte da colônia a partir de seus conhecimentos sobre as riquezas naturais regionais e experimentações de culturas agropecuárias estrangeiras.

> ***"As práticas pouco adequadas dos religiosos que eram o mandar buscar drogas aos sertões pelos índios, para depois mandarem vender; o mandarem salgar carnes, e peixes para o mesmo fim; o mandarem salgar, e acumular couros para também venderem[22]".***

> ***"as suas fazendas cheias de índios escravos (bem ou mal possuídos) e as aldeias as suas ordens, para se servirem***

[22] Pontos principais a que se reduzem os abusos, com que os religiosos da Companhia de Jesus têm usurpado os domínios da América Portugueza, e Hespanhola. BNL – cód 1601 p. 99-103(*apud* **ASSUNÇÃO**, 2001).

> ***também dos índios de S. Maje. Como fazem, e tudo por limitadíssima despesa, absorverão em si não só as preciosíssimas drogas do sertão, mas, nas plantações e lavouras da terra, todo o dinheiro que circula neste Estado".***[23]

> ***"Fato notório que desde que os navios dão fundo na cidade do Para, [...] é uma feira grossíssima dentro dos ditos armazéns, na qual os mesmos padres vendem a maior parte dos itens que nelas juntam [...] porque deles são os azeites de jandiroba, a manteiga de tartaruga, [...], salgas de peixe, uma grande parte das carnes, as farinhas, o feijão e o arroz, e finalmente quase todos os comestíveis, e um grande número de arrobas de algodão, açúcar e água ardente".***[24]

No entanto, tais práticas comerciais e domínio econômico eram observados apenas pelos membros do governo português, os inacianos negavam essas acusações afirmando que as condições em que viviam e trabalhavam eram instáveis, não havia grandes fazendas tampouco redes de comércio jesuítas na Amazônia portuguesa, o trabalho exercido nas missões era suficiente apenas para cobrir os gastos da companhia com a manutenção dos trabalhos religiosos, não existiam grandes construções e templos caros que ostentassem riquezas materiais. A renda com que a ordem sustentava as missões vinha essencialmente das provisões financeiras que a coroa mandava anualmente, e a

---

[23] Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real, Pará, 30/11/1751. In: **MENDONÇA**, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do Governador do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751 – 1759). Rio de Janeiro: IHGB, 1963. P 216-217.

[24] *Ibid.*

mão de obra realizada por algumas poucas dezenas de índios. João Daniel descreveu as condições de subsistência das missões na América portuguesa já demonstrando o tom de resposta em seu trabalho.

> ***(...) "Posto que nem nas igrejas, nem os ditos missionários tem rendas estáveis, ou côngruas certas, contudo não tem pédealtar, nem emolumento algum de seus neófitos, mais do que 30 mil réis, que a Majestade lhes manda dar anuais, e 25 índios dos seus mesmos neófitos, cujos serviços costumam fazer de seus provimentos anuais, e ressarcir os gastos, que são muitos porque, não obstante poderem utilizar-se do seu produto em utilidade própria por expressa ordem da Majestade, eles o gastam com as igrejas e com os índios como se fossem só administradores e não senhores de tal produto[25]".***

João Daniel descreve um cenário diferente quando se refere às missões jesuíticas na América espanhola, as posses naquelas regiões seriam ricas e com uma extensa criação de gado e produção agrícola, a produção seria tão rentável que no momento de encontro entre os padres da companhia presentes nos territórios portugueses e espanhóis, era comum a doação de cabeças de gado aos menos abastados inacianos em território lusitano. E negando as práticas de comércio, o gado criado nas fazendas das missões não tinha preço estabelecido, portanto não era comercializado. Afirmava, portanto que os lucros serviam unicamente para a manutenção das missões.

---

[25] **DANIEL**, João. Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas, v II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. P 67.

> ***Com relação às fazendas das missões na América espanhola: (...) Um dos empenhos em que mais se esmeram aqueles missionários é em terem suas missões mui fartas de sustento; empenham para isto em terem grandes manadas de gado vacum, com algum gado cavalar, para pastorearem índios vaqueiros; isto se colhe da carta que escreveu um daqueles missionários a outro português em que lhe dava notícia de uma nova missão que estava fazendo e que já tinha para a fundação de um curral de gado de 800 vacas. Este gado é comum para toda a povoação, mas administrado com boa economia; ainda quando passam algumas canoas de portugueses, que pelo rio madeira sobem; ou descem das minas e governo do Mato Grosso, e aportam aquelas missões, sem dificuldade lhas dão uma ou mais cabeças de gado para seus viáticos de graça; e por mais que lhes requeiram o preço dizem que eles não vendem gados[26].***

Os problemas centrais que permeavam as discussões sobre as disputas entre o governo português e os jesuítas estavam relacionadas ao controle das terras produtivas, o contingente de mão de obra indígena e a demarcação de fronteiras. Os inacianos eram acusados de controlar as terras e o trabalho assim impedindo a demarcação fronteiriça que dividiria as posses hispânicas e portuguesas.

> ***(...) "A Companhia de Jesus é a grande terratente nas duas capitanias e administra a maioria das aldeias. Conta com dois***

[26] **DANIEL**. *Ibid*. P 97.

> ***colégios nas capitais, missões e fazendas, sendo no Maranhão ainda mais poderosa que no Pará, visto que a colonização inicial marcou a posse da terra e dos homens[...] os mercedários administram apenas três aldeias e constituem o contingente mais diminuto[27]".***

João Daniel refutou as acusações observadas pelo então governador do Estado do Grão Pará e Maranhão, Mendonça Furtado. Em sua obra, no momento em que descreve as técnicas e práticas dos colonos em produzir gêneros agrícolas e principalmente no que se refere à criação de gado, demonstra que dominavam técnicas de manuseio e produção, sendo que não era tarefa difícil a prática agropecuária regional.

> ***(...) Quem quer ter gados nestes campos [...] compra para princípio dele as vacas que quer, ou pode com alguns machos, vg 1.000 vacas, ou as que pode, e as deita naqueles pastos, por onde livremente pastam a sua vontade...[28]***

As grandes fazendas eram administradas por homens mais abastados, e segundo João Daniel, ao contrário das acusações feitas pelos administradores do Estado eram de posse de colonos e não dos jesuítas, apresentavam excelente organização com belas casas centrais e uma igreja dentro de suas posses, um

---

[27]Carta da Companhia de Jesus na Vice Província do Maranhão – Anônimo – 1753, *apud* **RODRIGUES**, Maria Isabel da Silva Reis Vieira. O Governador Francisco Xavier e Mendonça Furtado no Grão Pará e Maranhão (1751-1759). Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 1997. P 11.

[28] **DANIEL**. *Op. Cit*, vol II. P 99.

bom numero de gado leiteiro e cavalar[29]. Este contexto que apresenta João Daniel é uma resposta clara as acusações explícitas contra os inacianos feitas pelo governo português, às missões, portanto se sustentariam apenas com as provisões que viriam da coroa e seriam apenas suficientes para subsidiar suas necessidades básicas, as grandes fazendas seriam de posse de poucos colonos ricos.

Para o Estado português a situação era diferente, os colonos reclamavam das beneficies dos padres que representavam as ordens religiosas no Amazonas, principalmente a Companhia de Jesus, estes seriam um obstáculo para o desenvolvimento das fazendas. O principal motivo do desentendimento era a mão de obra indígena[30], o controle dos inacianos sobre a vontade dos índios lhes dava vantagens nas colheitas e sem força de trabalho os colonos praticavam uma pobre agricultura de subsistência. Para os colonos, a única maneira de aumentar seus dividendos seria exploração do trabalho dos gentios. Viam a possibilidade de se tornarem por comodismo fazendeiros e se livrarem do trabalho pesado do campo[31], João Daniel apontou este problema em sua obra e afirmou que o fato dos europeus praticarem também as mesmas culturas de cultivo dos nativos, o da maniva, os obrigava a ter um número muito grande de escravos, mas tal prática não gerava lucros suficientes para o sustento dos colonos e de seus escravos.

Após a expulsão dos inacianos, as apreensões dos livros de controle de lucros das fazendas da Companhia apontavam grandes dividendos para a Ordem.

---

[29] *Ibid*. P 99 -103.
[30] **DIAS**, Manuel Nunes. A Companhia do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). São Paulo: XXXVII Coleção da Revista de História. USP. 1971. P 134.
[31] *Ibid*. P 137.

Possuíam fazendas de gado com 1.409 cabeças em Marajó[32], Tabatinga e São Caetano, Burajuba, Jaguarari e Gebrié. Fazendas de cacau perto do riu Moju e nas terras do Guamá. A soma destes lucros ultrapassava a quantia de 40.938$860 réis[33]. Estes dados comprovavam os atos dos denominados padres comerciantes[34] e as acusações de Mendonça Furtado e também dos colonos, dado que tal empresa se beneficiava da mão de obra nativa[35]. Apesar de tais documentos João Daniel tratou de defender a Companhia das acusações, sugerindo que houve ma fé do Estado que buscava de qualquer maneira denegrir a imagem da Companhia de Jesus. Duas fazendas no Estado que serviram de exemplos da prática mercantil dos jesuítas no Pará: Jaguarari e Ibirajuba foram citadas por João Daniel na defesa que faz a Ordem.

> ***"Uma das maiores fazendas que tinham era a que todos lá conhecem com o nome de Jaguarari [...] tem dentro uma famosa olaria e muitos oficiais nela, com ferreiros e bons mestres [...] tem[36] léguas de terra, cultivo de farinha de pau, searas de milhos, e arroz, fazendas de cacauais, e cafezais, um famoso curral de gado [...] perguntarão agora a quanto subiam os rendimentos de tão avultada feitoria? Digam-nos os livros de contas nas provinciais, onde se acharam que nas contas anuais só diferem as receitas as despesas em 400 réis, 400 pouco mais ou menos uns anos por outros".***

---

[32] Catálogo Nominal das Sesmarias. T III. P 154 e segs. Pará 1904. (*Apud* **DIAS**, 1971. P 139)
[33] *Ibid.*
[34] Nos papéis avulsos das Caixas de Maços da Capitania do Pará, guardados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, encontram-se queixumes da Câmara contra os religiosos, especialmente jesuítas, a quem chamavam "missionários negociantes". (*Apud* **DIAS**, 1971. P 137).
[35] *Ibid.*
[36] Espaço em branco no manuscrito.

[...]

> ***"Não é menos avultada à outra fazenda chamada Ibirajuba, posto que com menos extensão de terras; mas além das oficinas mencionadas, tem de mais a mais uma moenda, ou engenho de açúcar. E quais são os rendimentos? Os mesmos que da fazenda supra, pois são quase iguais as receitas com as despesas[37]".***

A clara contestação de João Daniel estava ligada ao fato de os documentos não apresentarem os gastos para a manutenção das fazendas. O padre afirmava que os ganhos eram necessários apenas para a manutenção da Ordem e das fazendas reforçando a idéia por ele defendida de que o princípio das missões era a conversão dos gentios.

Contudo, a ascensão de Pombal marcou uma nova fase, ou avanço do conteúdo científico português, era a ascensão das ciências exatas e naturais, o início a construção do museu de história natural. No que se refere ao Brasil, a formação da escola de cientistas da Universidade de Coimbra, fundada pelo "pai" da museologia em Portugal Domingos Vandelli[38] . A intenção era formar cientistas especialistas em ciências naturais e humanas para o trabalho de campo nos territórios coloniais, seu aluno que mais se destacou foi Alexandre Rodrigues Ferreira, principal cientista português que relatou as riquezas amazônicas na colônia portuguesa no final do século XVIII.

---

[37] **DANIEL**, vol II. *Op Cit*. P 203-204.
[38] **BRIGOLA**, João Carlos Pires. Coleccções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P 115.

Esta ênfase nos estudos sobre a natureza partia da incorporação da idéia da estratégia econômica de articulação entre naturalismo econômico e qual a utilidade das riquezas naturais amazônicas para o comércio. O instrumento científico deveria estar a serviço de uma estratégia de desenvolvimento econômico. No entanto, Portugal nunca pretendeu tornar-se uma economia industrializada, mas sim modernizar sua base econômica mercantilista.

O século XVIII foi um momento de grande importância e relevância dos naturalistas que em sua maioria eram grandes fazedores de catálogos[39] , nesta lista podemos incluir o próprio Alexandre Rodrigues Ferreira em suas *Viagens Filosóficas.* Contudo, a intencionalidade da proposta pombalina mostra um objetivo claro de associar conhecimento científico com crescimento econômico, e é neste contexto que a obra de João Daniel se apresenta como antecessora e precursora deste movimento, antecipa a idéia de que o instrumento científico deve estar a serviço do crescimento econômico, a idéia da utilização da natureza a favor da construção de uma civilidade próspera e economicamente forte. Neste contexto, a própria dinâmica econômica de sustentabilidade jesuíta interessava a Pombal. Para todas as criações divinas era necessário definir uma utilidade prática, essa hipótese explica o motivo das extensas descrições apresentadas na obra de João Daniel, quase todas exerciam possuíam uma utilidade específica para seu uso, ou como meio para a subsistência, ou para a exploração e comercialização.

[39] *Ibid.*

I.II Dois projetos, dois sentidos.

As instruções régias públicas e secretas trazidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado visavam à demarcação dos limites da Colônia ao norte, a fim de aumentar e defender as fronteiras, organizar o comércio e exploração das especiarias, as drogas do sertão, a organização da mão de obra indígena, o que exigia a supressão e a redefinição das funções atribuídas às missões, que deveriam exercer unicamente sua função religiosa, estando longe do comércio e produção interna da colônia.

Sobre a demarcação dos novos limites portugueses, o Tratado de Madri, celebrado em 13 de janeiro de 1750 reconhecia o domínio português na região norte da América do Sul, porém para justificar a posse era necessário ocupar o território a partir do princípio adotado da *uti possidetis*, e a pergunta era como? Já que esta região estava dominada pelas missões e alguns poucos colonos. Estas necessidades foram o principal motivo dos conflitos entre jesuítas e coroa. Além disso, os contatos comerciais entre jesuítas e espanhóis nas áreas de fronteira entre as duas Américas preocupavam a metrópole. O governo português passou a considerar os jesuítas como “agentes espanhóis”. Segundo o governador Grão-Paraense, os inacianos tentavam de todas as maneiras impedir as novas demarcações feitas pelas expedições do Estado, dado que suas fazendas perpassavam por vezes as fronteiras. Para os inacianos não existiam fronteiras para as missões tendo em vista que a ordem não representava espanhóis, tampouco portugueses.

Para solucionar este problema, algumas determinações foram importantes inicialmente o "Diretório dos Índios", visava à liberdade dos indígenas especificando questões relevantes à mão-de-obra e a própria liberdade. Segundo a lei, os indígenas não deveriam ser escravos, dado que por serem os primeiros habitantes os mesmos teriam o direto natural a terra e a liberdade, devendo então sua mão-de-obra ser assalariada. Desta maneira ocorreu também o reconhecimento dos indígenas como capazes de ocupar as terras como vassalos, justificando a *uti possidetis*, determinada no Tratado de Madri.

Também foi a intenção desta lei, acabar com o poder exercido pelos inacianos sobre os indígenas, o governo português acreditava que os jesuítas dominavam a força de trabalho indígena através da imposição religiosa, utilizando a pregação como forma de intimidar os nativos. No entanto, o processo produtivo através da mão de obra indígena não se fazia desta maneira para os inacianos, e provavelmente nem para os gentios. O projeto de desenvolvimento espiritual na América era construído com base na posse da terra para o sustento da própria Companhia de Jesus e no trabalho, posse legítima perante a necessidade de expansão e defesa da fé católica. Provavelmente os indígenas compreendessem esta lógica inaciana, por isso a intensa mão de obra dos gentios para a companhia, que oferecia um conforto espiritual e não financeiro. A falta de opção dos índios talves explicasse esse direcionamento, dado que na região do Pará ou se resistia ao avanço ocidental através de guerras e fugas, ou aceitava-se a conversão e a inserção nas condutas das ordens religiosas[40].

---

[40] **PORRO**, Antonio. História indígena do Alto e Médio Amazonas: séculos XVII e XVIII. In História dos Índios no Brasil. São Paulo**:** Companhia das Letras, 1992. P 53-87.

Para o governo pombalino, a ordem dos jesuítas, pela sua forma de organização teria formado uma espécie de Estado paralelo, que dominava além da ordem social, a política e a economia no Brasil, era necessário acabar com o poder temporal. No mesmo ano em junho de 1755 foi criada a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, dela se esperava a suplantação econômica regional e também metropolitana por meio da exploração das riquezas naturais que tinham um bom valor comercial, as drogas do sertão, as especiarias mais valiosas da Amazônia. No entanto, para o sucesso de tal empreitada seria necessário reestruturar a ocupação colonial que sofria com a falta de mão de obra e territórios estratégicos. No ano seguinte, novamente com a intenção de resolver este problema em 13 de Janeiro de 1756 o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado determinou com o apoio do Marquês de Pombal e do rei D. José que as posses dos inacianos passariam a ser administradas pela coroa e que os jesuítas deveriam apenas lidar com a conversão e manutenção da religiosidade, tendo poder apenas como párocos[41].

O que a coroa não compreendia é que, em tese para a ordem, a questão econômica não era primordial, apenas conseqüência necessária para a manutenção dos trabalhos educacionais e religiosos. O exercício espiritual estava além da visão superficial do governo português as missões que tinham o apoio do rei prosperaram esta a causa do provável "domínio jesuítico" sobre a mão de obra, extração e comércio das especiarias. Administrar os bens era uma tarefa tão importante quanto aplicar os *exercícios espirituais*, ensinar aos jovens, pregar os sermões ou levar conforto espiritual para fiéis nos hospitais. Todas as ações

[41] **ASSUNÇÃO**. *Op. Cit*. P - 20

levavam a um mesmo fim, que era a maior glória de Deus, pois os bens eram divinos[42].

> (***...) "Eu El rei faço saber aos que este meu alvará virem que havendo respeito, muito respeito ao muito serviço que nas partes do Brasil se faz a nosso senhor por meio dos padres da Companhia de Jesus que residem nas ditas partes na conversão dos gentios e ensino e doutrina dos novamente convertidos [...] não paguem, nem sejam obrigados a pagar nas alfândegas ou casa outras de despacho das ditas partes do Brasil...".***[43]

Este apoio, permanência e troca de experiência com os índios de quase dois séculos de ocupação demonstravam a habilidade dos inacianos em administrar suas posses, articulavam bem entre indígenas e colonos, controlando a mão de obra indígena, assalariada e escrava[44]. Para a construção deste modelo, os inacianos desenvolveram uma série de pesquisas que deveriam classificar a fauna e flora regionais e determinar utilidades funcionais lucrativas que sustentassem a ordem, a observação da cultura e organização social foram também primordiais para tal crescimento.

---

[42] *Ibid.*

[43] Alvará decretado por D. Sebastião, concedendo aos padres da Companhia de Jesus isenção de impostos alfândegários. Título do fundo ou coleção: Secretaria de Estado do Brasil, cód do fundo 86. Data do documento: 12 de maio de 1688, RJ, folhas: 269 a 279.

[44] **ASSUNÇÃO**. *Op. Cit*. P - 350.

Segundo João Daniel os índios viviam sob as leis da natureza[45], porém também reconhecia que as sociedades indígenas do vale do amazonas viviam sob uma hierarquia, que seguia fortes tradições sociais que foram construídas através de séculos. João Daniel descreve como os índios mais novos respeitavam os mais velhos, e impressionou-se com fato de que esta ordem nunca era desrespeitada. Havia entre os indígenas símbolos que distinguiam socialmente os indivíduos sociais de cada aldeia, colares, cocares e outras vestimentas cumpriam estas funções. Além das diferenças etárias e distinções materiais, comportamentos sociais também indicavam estatus sociais, valentia e coragem também eram formas de distinção social.

Este contexto apresentado é necessário para compreender em que João Daniel estava inserido, viveu intensamente este período e como os demais inacianos envolvidos nesse processo político de profundas transformações estruturais.

As acusações contra os padres eram as mais diversas, e os motivos que levaram a expulsão foram os mais diferenciados, Mendonça Furtado acusava os inacianos de não reconhecerem a autoridade real das expedições demarcatórias de limites, caso do pe. Aleixo no colégio de Santo Alexandre, além de resguardar para a ordem todos os provimentos enviados pela coroa[46]. Outros padres, Luis

[45] **DANIEL**, vol I. *Op. Cit.* P 117.
[46] **ANTONIO**, Pe. Domingos S. J. Coleção dos crimes pelos quaes 21 jesuítas foram mandados a sahir do Estado do Grão Pará e Maranhão antes do extermínio geral de todos os padres da Companhia de Jesus daquele Estado. Coimbra: M Lopes de Almeida, 1947, p. 322. (*Apud* Junior p 134).

Álvares e Joaquim de Carvalho foram acusados de retirar adornos sagrados e imagens das igrejas[47].

João Daniel foi acusado de um ato específico, junto com o pe. Joaquim de Barros, segundo o governo do Estado do Grão Pará e Maranhão, eram tidos como:

> ***"...sediciosos, cuidando hum, e outro em aplicar todos os meyos por introduzir uma sublevação nestes Povos a Real Ley de Sua Magestade, e a bulla do Sumo Pontífice, respectiva a liberdade dos índios[48]".***

Compreendendo o contexto de João Daniel e de todos os padres da Companhia que eram presentes na região Norte da colônia portuguesa em meados do século XVIII, as acusações contra Daniel eram possíveis, estava em jogo toda à construção estrutural e principalmente espiritual da Companhia, um processo que teve início ainda no século XVI, certamente os inacianos esboçariam alguma reação, estavam eles sem o apoio que lhes foi tão importante no reinado do antecessor de D. José, e parecia evidente que o papa não os apoiava, o papa Benedito XIV anteriormente em 20 de dezembro de 1741, já se colocava contra a suposta escravidão imposta pelos inacianos e a resistência quanto ao cumprimento das leis determinadas pela coroa[49]. Mas, João Daniel se

---

[47] *Ibid.*
[48] *Ibid.*
[49] **ASSUNÇÂO**. *Op. Cit*. P 20.

defendeu de tais acusações, os índios não eram influenciados pelos inacianos a não trabalharem para os colonos, havia uma preferência dos mesmos em permanecer nas missões.

> ***"... Lembra-me o que me sucedeu em uma missão. Chegou um branco com uma portaria para índios a tempo que já a maior parte dos índios andava fora: contudo fiz diligência pelo despachar a sua vontade, porém por mais diligência que fiz não achei índio algum que quisesse ir, de alguns poucos, que havia na missão instava um homem, respondia com a diligência que ele mesmo via fazer; mas como não se satisfazia com isso, lhe dei licença para que fosse pela povoação praticar algum, e que eu de boa vontade lho concedia. Foi ele mesmo umas mais vezes pelas casas dos índios, mas debalde, porque nenhum queria. Não sossegava o homem antes já despropositado, e com demasiada liberdade, se pôs em franquia, afirmando-me que dali não sairia sem levar os índios ou pro força ou por vontade, e quando pudesse doutra sorte iria esperar os pescadores e os levaria. Enfim vi-me obrigado a dar-lhe meu cozinheiro para o sossegar, de quem fiquei privado[50]".***

Em outro momento de sua obra, esta resistência dos índios em trabalharem para os colonos se justificaria através da forma com que os mesmos eram capturados pelas tropas de resgate, com o pretexto de que tal função era necessária para "resgatar" e salvar índios cativos de tribos rivais para não serem

[50] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 73.

mortos. Mas que sorte! As tropas amarravam, os faziam andar a tino e depois vendiam os índios como escravos[51]. A preferência dos gentios em permanecerem nas missões se justificava pelo modo que tratavam os gentios, com paciência e caridade paternal[52].

Mas, é provável que o padre João Daniel, esboçou alguma reação e tratou de agir por meio do artifício que tornou a Companhia de Jesus eficaz e ativa na região norte do Vale Amazônico, sua capacidade de influencia direta nas sociedades indígenas, o próprio reconhecia sua forma de funcionamento e como reconhecer suas chefias, sua acusação nos parece verdadeira, em sua obra fez uma relação irônica à lei de liberdade dos índios:

> ***"... atendendo a estas e outras razões, Sua Majestade Fidelíssima para desencargo de sua consciência foi servido mandar passar uma lei no ano de 1750, em que proibiu totalmente a escravidão os índios, e os restituiu a sua liberdade como já em 680 (1680) se tinha decretado, ainda que sem efeito por reclamarem os cidadãos tão apaixonados pelas escravidões dos infelices índios, que chegaram por duas vezes a expulsar daquelle Estado aos jesuítas, por acudirem pelos índios contra a injustiça dos brancos publicou-se tandem[53] a lei de liberdade no ano de 1757, com que de uma vez e com um só golpe tantos nós górdios, quanto eram os encargos das consciências, rompeo tantos***

[51] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 70.
[52] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 66.
[53] Lat.: finalmente.

> ***grilhões, quanto eram os cativos, e pôs termo a inumeráveis desordens, exorbitantes injustiças, e horrendos insultos de tantos anos, como já tinham feito em seus domínios as Majestades Católicas. Empresa por certo digna de uma, e outra coroa![54]***

A determinação da liberdade dos índios visava tira-los do suposto modo de escravidão que eram submetidos nas mãos dos jesuítas. Porém, colonos empobrecidos não teriam condições de sustentar a mão de obra nativa, naturalmente o destino dos indígenas nas mãos dos colonos era o da escravidão. Os colonos que conviviam com os inacianos provavelmente viram na expulsão dos jesuítas a possibilidade de angariar com maior facilidade a mão de obra indígena, visto que a maioria dos nativos trabalhava nas missões.[55]

Portanto, a reação inaciana foi inevitável era necessário defender suas posses, pouco provável seriam as acusações que apontavam os inacianos como uma organização armada contra a coroa, no entanto, havia o medo de que os conflitos ocorridos no sul do Brasil se repetissem no Estado ao norte, qualquer indício era passível de punição.

---

[54] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 233
[55] **ASSUNÇÂO**. *Op. Cit*.

Capítulo II - As polêmicas sobre a natureza americana: a inferioridade essencial VS a refutação da experiência.

II. I - Em defesa da América: os jesuítas e a polêmica do Novo Mundo.

O século XVIII significou um momento de transformação no que diz respeito à formação do conhecimento. A razão deveria estar acima de qualquer outra forma de suposição, fosse esta religiosa, política ou estética[56]. Os ditames para o conhecimento deveriam perpassar estudos relativos à cultura para a compreensão dos conceitos de civilização a partir do que a Europa concebia a respeito, para assim determinar conceitos de progresso e desenvolvimento da humanidade.

Na América, as idéias científicas que determinaram novas concepções sobre a natureza do século XVIII, não se formaram de forma singular ao pensamento iluminista Francês, o Novo Mundo apresentou uma forma de pensamento a respeito da razão, específica[57]. As discussões referentes à natureza e cultura foram definidas pelos enciclopedistas com poucas diferenças entre teses, de uma maneira geral, a América era considerada um continente imaturo e seus habitantes inferiores física e intelectualmente.

---

[56] **FALCON**, Francisco José Calazans: A ilustração e sua época. In. Ensaios: A Época Pombalina: política economia e monarquia ilustrada. São Paulo: Ed. Ática. 1993. P-100.
[57] **GAY**, Peter. The enlihtenment. In A Comparative approach to Americam History. 1968. P-37.

O século XVIII pode ser denominado como o século da curiosidade[58].A influência do pensamento iluminista impulsionava uma ânsia pelo novo, e interpretação do conhecimento com base na razão. Devido a este movimento houve uma corrente de pensamento que pretendia repensar os conceitos sobre civilização. Esta curiosidade levou a um maior interesse nas viagens, aumento do numero de viajantes e do mercado de livros referentes às excentricidades do Novo Mundo[59].

Em relação à produção de conhecimento, ocorreu uma sistematização do processo, sendo descrição que e a comparação para obtenção de hipóteses compreendia o método utilizado. Buffon[60] por exemplo, criou um grande sistema para explicar o mundo natural, seu método classificatório tentava dar conta da biologia das espécies utilizando como parâmetros; rapidez de crescimento, idade da maturidade reprodutora do macho e da fêmea, tempo de gestação, número de filhotes por ninhada, idade em que determina a fecundidade em cada sexo, proporção sexual, aptidão para a hibridação, variabilidade racial, anomalias, cuidados maternais, hábitos, instintos e voz[61]. Suas teses foram seguidas e por vezes copiadas por quase todos seus contemporâneos. O próprio se considerava responsável pela "popularização" dos estudos sobre o Novo Mundo. Neste momento histórico, os livros de viagem eram muito consumidos pela classe letrada européia. Neste sentido, vários aspectos contribuíram para a maior

[58] **SILVA.** *Op. Cit***.** P 157.
[59] *Ibid*. P 166.
[60] Cientista natural francês que em meados do século XVIII escreveu importante obra sobre o Continente Americano. Ouevres de Buffon. ed. Nº4. Royale. 1749-1804. Apud **GERBI**, Antonello. La Disputa del Nuevo Mundo: história de una polémica 1750-1900. México: FCE, 2003. P 7.
[61] **ROSTAND,** J. As ciências da natureza. In: TANTON, R. História Geral da Ciência; a ciência moderna – O século XVIII. São Paulo: Difusão européia do livro, 1960. t. II, v 3. p . 149. *Apud* **SILVA,** 2003. p 164.

produção de teses, como o interesse econômico, as plantas e animais exóticos as descrições e gravuras sobre a natureza intocada do Novo Mundo e sua civilização[62]. Essas teses tratavam de expor a superioridade do Velho Mundo em todos os aspectos citados, e partiam dos pressupostos científicos, como o exemplificado, no caso de Buffon, para justificar teorias. Porém, as discussões contrárias a tais definições logo foram apresentadas nos Estados unidos e na América hispânica, principalmente por religiosos que nascidos ou não na América debatiam estas dissertações.

Na América Ibérica, devido ao próprio contexto político religioso local, que tinha fortes influências católicas em todo seu processo de colonização, foram os jesuítas, que reagiram as teses dos filósofos europeus do século XVIII[63]. Isto se explica pelo fato de o acesso aos livros e as idéias a respeito do Novo Mundo ser obviamente restritas aos letrados[64], portanto os inacianos certamente tiveram oportunidade de ler e interpretar várias concepções novas no século XVIII.

A importância dos jesuítas nas discussões sobre as concepções relativas às interpretações sobre o Novo Mundo em relação aos aspectos e determinações do iluminismo europeu tornou-se explícita no momento em que vieram à tona os conflitos entre a ordem e o despotismo esclarecido. No caso específico de Portugal, em setembro de 1759, D. José I ordenou a expulsão dos jesuítas das terras lusas, os motivos estavam relacionados com a estrutura organizacional da

---

[62] **SILVA**, *Op. Cit.* P 158.
[63] **DOMINGUES,** Beatriz H. *Tão Longe, Tão perto: A Europa ilustrada e a Ibero América.* Rio de Janeiro: Museu da República. 2007. P 17.
[64] **GUSDORF,** L. Les principes de la pendsèe au siecle des lumieres. *Apud* **FALCON**, 1993. P 106.

ordem e se construíram desde o século XVI[65]. O ápice do conflito ocorreu a partir da celebração do Tratado de Limites em 1750, às fronteiras deveriam ser definidas seguindo as barreiras naturais e a adoção da Uti Possidetis[66].

Tanto em Portugal como na Espanha, os missionários se mostraram contrários às determinações reais do acordo[67] principalmente em relação às fronteiras, no caso espanhol a expulsão dos inacianos foi em 1767 e também se agravou devido às posses jesuíticas nas fronteiras, especialmente a partir do conflito nas missões guaranis, e o fim dos sete povos das missões. Os padres desobedeciam às fronteiras estabelecidas pelo tratado de Madri, afirmando que não eram súditos de nenhum dos reinos, tanto português quanto espanhol[68], seus interesses estavam relacionados diretamente a Ordem inaciana e as suas missões.

A possível ameaça que a Ordem inaciana representaria a construção de um pensamento racional foram os pretextos para a supressão da ordem e a expulsão dos inacianos da América, somado a isto, tanto Portugal quanto Espanha acreditavam que as missões jesuíticas representavam um risco para a delimitação das fronteiras, ou seja, um risco para a execução do tratados de Madri. Este fato gerou respostas desses mesmos padres, que criticavam o "iluminismo ibérico", principalmente as determinações dos tratados e tentavam justificar sua presença na América.

---

[65] **ASSUNÇÃO**. *Op. Cit*. P 16.
[66] *Ibid.* P 17.
[67] *Ibid.*
[68] **DOMINGUES**. *Op. Cit* P 77.

Os jesuítas desterrados, principalmente do território espanhol, foram os que tiveram suas teorias mais difundidas como defensores dos aspectos determinados pelos teóricos europeus. A ênfase maior destes inacianos expulsos em seus escritos com relação ao combate sobre as teses depreciativas sobre a América ocorreu devido às políticas pombalinas terem sido mais efetivas do que as bourbônicas e a perseguição aos inacianos ter sido mais enfática em terras lusas[69]. Outro motivo determinante que contribuiu para a maior produção dos desterrados das terras hispânicas é explicado pelo fato de boa parte dos expulsos serem criollos, nascidos na América[70].

O papel da ordem neste contexto vem contradizer a idéia fomentada no século XVIII que determina que os países ibéricos atravessavam, a sua crise de consciência [71], O pensamento ibérico no século XVIII estaria em pleno atraso, relativizando com as idéias vigentes na Inglaterra e França, a Ibéria se mostraria distante das luzes[72]. No entanto, o pensamento científico ibero americano, sempre esteve ligado à cultura européia, e o distanciamento do pensamento europeu não era tão enfático. Contudo, o papel dos jesuítas na denominada por Gerbi, polêmica do Novo Mundo, foi de defesa. Os inacianos enalteciam a natureza e as riquezas naturais da América e não se conformavam com as idéias desenvolvidas pelos filósofos europeus sobre a inferioridade da natureza. Neste sentido o papel dos desterrados foi de extrema importância, porque vislumbravam apresentar a região como habitável, rica e, portanto, economicamente viável.

---

[69] **DOMINGUES**. *Op. Cit*. P 21; **GERBI**. *Op. Cit*. P 236.
[70] **GERBI.** *Op. Cit*. P 240.
[71] **FALCON**. *Op. Cit*. P 316.
[72] **MORSE**, Richard. *O Espelho de Próspero: Culturas e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p 73.

Para analisar o Novo Mundo no caso português, onde esta inserido João Daniel é necessário um olhar para o período joanino, onde as discussões sobre a América eram constantes por parte da aristocracia e dos religiosos, apoiados pelo próprio rei[73], o interesse da coroa portuguesa pelas riquezas naturais e possibilidades der exploração da natureza não teve início na era pombalina, D. João costumava por vezes, patrocinar viagens e expedições a colônia[74]. Porém muitas das informações sobre o Novo Mundo eram dadas pelos jesuítas, que desde o século XVI em seus relatos apontavam a excentricidade dos animais e o uso de suas partes:

> ***(...) "A gordura, que está pegada a pele e sobretudo junto a cauda, derretida ao fogo, torna-se líquida e pode-se bem comparar a manteira (manteiga), não sei se ainda melhor, e usa-se em vez de azeite para temperar comidas. Todo o corpo e travado de ossos sólidos e duríssimos que podem fazer às vezes de marfim"[75].***

Posteriormente, após o período joanino já no XVIII, as idéias sobre a colônia continuaram a ser debatidas no governo de D. José, porém o contexto pombalino se caracterizou pelo despotismo, e apresentava uma estrutura para a produção científica que desconsiderou a participação religiosa, especialmente a jesuítica. Essa exclusão calou vozes importantes, as primeiras que discutiram as

---

[73] **MARTINS**, A. Coimbra. Luzes. In: Dicionário de História de Portugal. II, p. 837. *Apud* **FALCON**, p. 317.
[74] *Ibid.*
[75] Do irmão José de Anchieta ao general P. Diogo Laínes, Roma (Carta sobre as coisas naturais de São Vicente) São Vicente 31 de maio de 1560. In: *Minhas cartas*: por **José de Anchieta**. São Paulo, 2006. p 31.

teses que denegriam o Novo Mundo e seus aspectos. Para os inacianos as bases para a construção do saber envolviam conhecimentos sobre filosofia, teologia, e ciência construída a partir da experiência concreta[76]. Era necessário interpretar a experiência humana, pessoal e coletiva com base no evangelho e no exercício da razão e da inteligência humana[77].

Por terem sido expulsos e considerados danosos a ordem das colônias americanas, os inacianos trataram de iniciar as discussões sobre as possibilidades do Novo Mundo no século XVIII. Este debate foi bastante caloroso entre os inacianos nascidos na América espanhola, a partir de 1770, dentre os quais podemos destacar o padre Clavijero, que escreveu um intenso trabalho a respeito da defesa da América. Sua obra: "A História Antiga do México" publicada em 1781, dividida em quatro volumes, o autor se dedicou em um volume a debater as idéias dos principais autores europeus, Buffon e De Pauw. Estes afirmavam que a inferioridade do Novo Mundo estava diretamente relacionada ao homem americano, que se encontrava ainda em estado de infância ou debilidade, e as singularidades de sua fauna e flora, solo infértil, animais subdesenvolvidos, ou seja, um continente ainda em fase embrionária[78]. Clavijero insistia em valorizar a natureza e as suas potencialidades, a fertilidade da terra e singularidade de suas espécies, sempre com um tom de resposta[79].

---

[76] **VILLALTA,** Luis Carlos. A educação na colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos. In A margem dos 500 anos: reflexões irreverentes. **PRADO**, Maria Ligia Coelho; **VIDAL,** Diana Gonçalves (org.). São Paulo: EDUSP, 2002. P 171-184.
[77] *Ibid.*
[78] **GERBI**, *Op. Cit*. P 14.
[79] *Ibid.* P 246.

Outro jesuíta desterrado, importante foi o padre Molina, que exercia suas funções clericais no Chile. Tratou de refutar principalmente as teses de Buffon e De Pauw, principalmente em relação à natureza do Chile. Uma importante idéia desenvolvida por Molina se refere à natureza e os habitantes do Novo Mundo, segundo o inaciano a natureza do Novo Mundo não seria inferior a do velho continente, mas diferente, e dentre de suas diferenças específicas conservava a mais variadas riquezas naturais, sobre os povos, não poderiam ser classificados igualitariamente, porque culturalmente detinham diversas culturas e línguas, e por final se refere aos criollos como todos iguais nestes aspectos[80], estabelecendo uma diferença entre a diversidade cultural entre povos europeus e americanos.

A defesa da América apresentou outras dissertações importantes sobre o Novo Mundo no século XVIII de inacianos desterrados que apresentavam teses semelhantes[81], como os padres Velasco, Jolis e Perramá. Demonstram o sentimento patriótico dos inacianos, obrigados a abandonar suas terras e mandados para Itália. Este mesmo sentimento, não se observou nos relatos do padre Gilij, jesuíta italiano que foi mandado para a Itália, fato este que não representava uma punição devido a sua origem. Sua representação não exalta a América e sua natureza, mas também não a denigre, assume um tom mediador e pouco defensivo[82].

---

[80] *Ibid.* P 271.

[81] Nossa intenção não é fazer um levantamento específico sobre as teses desenvolvidas por jesuítas expulsos da América espanhola, mas sim apresentar argumentos que justifiquem a dimensão que os pensamentos e teses inacianos representaram para a defesa da América. Sobre jesuítas espanhóis desterrados, consultar: **GERBI,** Antonello. La Disputa Del Nuevo Mundo: história de una polémica 1750-1900. Fondo de Cultura Económica. México, 1993. p 234-279.

[82] **GERBI**. *Op. Cit.* P 276.

Na América portuguesa, este processo foi anterior. As influências das teses sobre América nos domínios portugueses estão relacionadas ao despotismo esclarecido de Pombal (1750-1777). Não diferente do caso espanhol, as primeiras relações de aproximação com os textos iluministas, hoje, devido à tardia publicação de sua obra podem ser observadas nas publicações também de um jesuíta, especificamente, João Daniel, suas interpretações estão direcionadas para o âmbito natural, econômico e o sistema de exploração de especiarias, alem de apresentar uma profunda preocupação com a teologia e a evangelização do índio, sendo este um dos fatores fundamentais para o melhor aproveitamento do trabalho indígena. No entanto, antes de apresentar os aspectos da obra de João Daniel, outro jesuíta importante merece ser citado apesar da distância temporal.

Esta avaliação que parte do ponto de vista econômico e social remete a um período anterior a 1750, observada na obra do jesuíta André João Antonil, denominada "Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas" publicada em 1711, construindo uma descrição detalhada da sociedade e economia colonial apresentando um olhar bastante observador, sendo moldado a partir do método avaliativo da descrição para definir melhor utilidade e proveito[83].

Assim, Antonil afastou-se das visões míticas da natureza e tratou-a como riqueza, propondo uma visão utilitária e econômica do homem com o mundo natural, apresentando métodos para o melhor aproveitamento na produção de açúcar, tabaco, mineração e pecuária sempre apresentando as relações sociais desenvolvidas neste processo. Existe sempre uma pretensão de enxergar a

[83] **SILVA**. *Op. Cit.*

natureza como riqueza, porém afastando-se dos mitos e caminhando para a perspectiva do utilitarismo[84].

Portanto, na visão jesuítica a natureza liga o homem a Deus, sendo a mesma necessária para a sobrevivência humana, anunciando-a como benção e dádiva, assim se transformando em edificações e plantações[85].Neste contexto, a experiência concreta é necessária para a percepção da utilidade da mesma.

Na Ibero América, o processo de evangelização e a tentativa das missões de "civilizar" os índios tornou seus ocupantes divididos entre europeus civilizados, missionários evangelizadores e bárbaros transitando entre a possibilidade da cristandade e a resistência a civilidade.

Assim, a importância dos jesuítas nas discussões relativas sobre as concepções e interpretações sobre o novo mundo se mostram vitais, pela própria experiência in loco, fato este que lhes permitiu um grande conhecimento sobre as culturas diversas presentes na América, assim como as mais variadas formas de desenvolver subsistências para a própria manutenção da ordem. No entanto, essa importância se tornou explícita no momento em que os conflitos entre jesuítas e Ibero-América se construíram.

---

[84] *Ibid.*
[85] *Ibid.* P 179.

No caso específico de João Daniel, foi somente após a perseguição de Pombal aos inacianos, no calor das disputas políticas entre Império português e jesuítas, que afloravam reações sobre as concepções européias à América, sua cultura e natureza[86]. Nesse contexto a obra de João Daniel se mostra importante nestas discussões, se apresenta como um projeto para a Amazônia descreve e apresenta funcionalidades para o que ele determinou como "tesouro". Em todos os casos por nós relacionados, parece claro que para os inacianos, faltava aos filósofos europeus à experiência concreta, somente ela poderia aproximar suas teorias à realidade cultural e econômica. Isto se observa diretamente nos desterrados hispano-americanos, na obra de Antonil, apesar de anterior e também no lusitano João Daniel já contemporâneo aos filósofos europeus da segunda metade do século XVIII. Nos exemplos citados, não há esta influência direta nos escritos, porém é clara apesar de indireta, não existem claramente proposições de projetos que pretendessem o desenvolvimento das práticas de produção e comercialização de tesouros naturais.

Durante toda a sua descrição sobre a natureza amazônica, Daniel faz constantemente comparações com os costumes e a natureza do Novo e do Velho Mundo, apresentou importantes propostas para o melhor aproveitamento das riquezas naturais e aproveitamento da terra, que ele considerava a mais fértil do mundo deixando claro para quem estava direcionada a sua obra, o governo pombalino quem o apoiava e colocava em prática suas ordens e projetos. No entanto, as condições de seu exílio em Portugal, não permitiram a divulgação de seu trabalho a seus contemporâneos. Padre João Daniel viveu cerca de dezesseis anos na região do vale amazônico, após ser expulso do Brasil por ordens pombalinas em 28 de novembro de 1757, foi preso em Portugal onde

[86] **DOMINGUES**. *Op. Cit*. P 21.

permaneceu até sua morte. O padre esteve preso no Forte Almeida de 1758 a 1762, depois foi transferido para a Torre de São Julião, onde cumpriu 14 anos de prisão e morreu em 19 de janeiro de 1776. Durante o cárcere escreveu sua obra intitulada "Tesouro descoberto no Máximo rio Amazonas", este título refere-se a como considerava o vale amazônico, para ele realmente um tesouro, que detinha as mais variadas possibilidades de desenvolvimento econômico. Sua condição era diferente dos exilados na Itália, que podiam circular e produzir livremente seus relatos. Das prisões portuguesas sabe-se de duas obras divulgadas, a de Anselm Eckart[87] e muito posteriormente a de João Daniel, que só foi publicada integralmente em 1976, anteriormente a quinta parte foi editada em 1820, a segunda parte em 1840, por Adolfo Varnhagen, que a utilizou para justificar a inferioridade dos povos indígenas brasileiros, a sexta parte foi publicada pelo IHGB em 1843. No ano de 1976 a biblioteca nacional publicou integralmente a obra, e somente em 2004 foi publicada uma edição recente ao público geral, a estas duas versões tivemos acesso para a execução deste trabalho, a edição de 1976 nos foi disponibilizada pela biblioteca do pátio do colégio em São Paulo. Uma breve divulgação recente da obra aparece nos escritos de Serafim Leite, que escreveu a história da Companhia de Jesus[88], onde enaltece a importância da obra, porém sem mais referências[89].

---

[87] **ECKART**, Alselm. Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal. São Paulo: Loyola, 1987.

[88] **LEITE**, Serafim, S.J. A História da Companhia de Jesus no Brasil. Vol 6.

[89] Um estudo mais aprofundado da obra foi realizado por Beatriz Domingues Professora da UFJF, IHCL – professora titular do departamento de História em seu trabalho intitulado Tão Longe Tão Perto: A Ibero América e a Europa Ilustrada, este trabalho que nos serviu como importante base para construção de nossa hipótese, recentemente o professor Dr Carlos Alberto de Souza Zeron, da FFLCH-USP, orientou um importante trabalho, defendido por Ana Emília de Luz Lobato denominada "O Tesouro Escondido na Amazônia: um estudo sobre natureza, trabalho e riqueza na obra do jesuíta João Daniel".

Dentro do contexto do século XVIII, devido à trajetória de João Daniel sua obra não foi discutida com seus contemporâneos, mas nos permite estabelecer importantes relações, e aproxima-la dos trabalhos realizados pelos desterrados na Itália, expulsos dos domínios espanhóis em vários aspectos. Parece-nos claro que o autor não estava alienado a discussão de seu tempo, em várias passagens faz referências diretas e indiretas às concepções que denegriam o Novo Mundo. Os exilados da hispâno-américa tinham livre acesso as bibliotecas e as produções contemporâneas do século XVIII, no entanto, não nos parece que Daniel estivesse totalmente à parte das discussões sobre o Novo Mundo e também com os projetos de Pombal, caso contrário não poderíamos trabalhar com hipótese de seu trabalho representar uma resposta, porque neste contexto representaria uma resposta a quem? Porém, o trabalho de João Daniel esta mais direcionado a debater com a coroa portuguesa e as concepções que o Estado difundiu sobre os inacianos, obviamente, como um intelectual consciente conhecia e debatia sobre as teses que denegriam o Novo Mundo, principalmente as desenvolvidas por Buffon.

Em sua ânsia de apresentar a Amazônia como uma região rentável e notável em seus aspectos econômicos e possibilidades de aproveitamento de fertilidade do solo e suas especiarias naturais e adaptação de culturas externas, enfatizava, a necessidade da experiência para determinar aspectos culturais e naturais.

II. II – João Daniel, os filósofos e o Amazonas: nem todos os discursos são evidencia na praxe.

Na primeira parte de seu livro o autor retratou com riqueza de detalhes a fauna e flora da região amazônica, devido a isso se pressupõe que parte de sua obra tenha sido escrita a partir de sua experiência antes do cárcere, no período em que esteve na região do vale amazônico. João Daniel dedicou-se a descrever as peculiaridades da região amazônica nos mínimos detalhes, desde a flora até a fauna. Sua atenção estava nas riquezas naturais da Amazônia e ao comportamento dos indígenas que observou para justificar posteriormente o seu projeto para o máximo desenvolvimento econômico da região. Os nativos e sua cultura estão sempre sendo referidos diretamente.

Na segunda parte de seu livro, o padre relatou também com riqueza de detalhes o comportamento dos indígenas que observou durante sua estada na Amazônia, suas crenças, costumes e hábitos pessoais. Nesta parte da obra João Daniel relata costumes indígenas dedicando-se somente a estes detalhes. As concepções de João Daniel sobre os nativos oscilam, demonstra grande indignação com a exploração violenta do processo de colonização por considerá-los humanos.

> ***(...) "Vós dizeis que os índios não são gente: por outra parte abusais, como gentios, ou falsos cristãos, do sexo feminino. Pois uma de duas: ou eles são gente como nós, ou são monstros e macacos? Se macacos? Se monstros? Incorreis***

> ***nas penas do nefando crime de bestialidade, e como réus devem dar públicas satisfações ao Santo Ofício, sendo chamuscados e queimados. E se isso vos cheira chamusco, deveis confessar, que são gente, e tão homens verdadeiros racionais como vós; e então não vos limaes, nem livrais do grande crime de homicidas, e como taes deveis ser suspensos em uma forca. Virão entalados nos braços deste Aquiles, suspensos, e espetados nas pontas deste dilema, e sustentarem-se de se desdizerem, e se confessarem homicidas[90]".***

No entanto, estabelece uma relação de superioridade quando se remete ao comportamento sócio cultural dos nativos:

> ***(...) "Posto que vivem em povos, e repúblicas mui numerosos, os naturaes do Amazonas, portanto em pouco se diferençam dos bichos, e feras do mato [...], contudo são creados as leis da natureza[91]".***

Portanto, é evidente que João Daniel não desdenha os indígenas a ponto de não perceber a violência da colonização, contudo não considera os nativos da colônia portuguesa capazes de estabelecer conceitos intelectuais mais complexos. Isto talvez ajude a explicar o fato de não serem capazes de transformar a natureza a favor de um desenvolvimento econômico. Neste sentido,

---

[90] **DANIEL**, vol I. *Op. Cit*. P 196.
[91] *Ibid*. P 198.

aproxima-se da de outro filósofo europeu De Pauw com relação aos povos da América, que afirmava que os povos Americanos eram poucos e débeis, não dominavam a natureza hostil e nem usavam suas forças a seu favor, não domesticou animais e plantas e parecia passivo perante a própria natureza, sendo parte dela[92], mas De Pauw condena a brutalidade da colonização, compreende que a superioridade intelectual do homem europeu explicasse tais, mas condenava os atos. Sobre a condição humana dos gentios a concepção de Daniel se mostra ambígua, porque ao mesmo tempo em que compara os índios a feras do mato, não nega sua humanidade. Mas neste sentido, se aproxima de De Pauw, pois também condena a crueldade da colonização.

> ***(...) "Os habitantes e naturaes índios do grande amazonas são gente também disposta, e proporcionada, como as mais da Europa, menos nas cores, em que muito se distinguem[93]".***

Aqui se refere somente a parte física, não a intelectual, o que realmente incomoda o padre, é o fato dos nativos não perceberem as riquezas e formas de explorar economicamente a região. Nos costumes, afirma que alguns vícios são comuns aos da Europa, como os relativos aos jogos de azar e bebedeiras, outros aspectos lhe parecem o mais excêntricos como o rito do parto, onde o homem é que necessita de cuidados enquanto a mulher trabalha[94]. Seria então a única proximidade do homem americano com o europeu relativo aos maus costumes. De Pauw fazia ferrenhas críticas aos jesuítas, os acusando de não enxergarem a verdadeira natureza dos gentios, os inacianos insistiam em afirmar que os índios

[92] **GERBI**. *Op. Cit*. P 68.
[93] **DANIEL**, vol I. *Op. Cit* P 195.
[94] *Ibid.*

não eram feras e mereciam ser cristianizados[95], os inacianos acreditavam piamente que sua missão cristianizadora e civilizatória teria êxito. O plano das missões não tinha intenção de tornar os gentios homens como os da Europa, mas de apenas torna-los cristãos e pouco mais organizados, isto fica claro quando João Daniel percebe que os selvagens não apresentavam a mais vaga idéia de trabalho segundo os moldes da Europa.

> ***(...) "O desprezo que tem as riquezas, e bens do mundo é inemitável, porque tendo comer já na caça do mato, e já nas pescas dos rios tanto ou mais contentes que os ricaços do mundo com todos seus tesouros, galas e banquetes[96]".***

Mesmo assim, essa falta de interesse no trabalho impressiona João Daniel. De pauw em sua tese afirma que ***o homem americano é selvagem e não passam de bestas que odeiam as leis da sociedade e os freios da educação, não sabiam que deveriam sacrificar sua liberdade para cultivar seu gênio***[97]. A natureza americana não seria imperfeita, porém o homem americano incapaz de dominá-la, porque o fato de viver segundo as leis da natureza lhes era propício, não havia o menor interesse dos nativos em desenvolver suas sociedades tais como as da Europa, e isto despertava curiosidade e interesse por parte de João Daniel e também De Pauw, nos dois autores o senso de superioridade do Velho Mundo era presente, a resistência dos nativos em aceitarem e viverem segundo os costumes europeus tinha uma única explicação, eram incapazes e preguiçosos e preferiam viver as leis da natureza, portanto

---

[95] **GERBI**. *Op. Cit*. P 81
[96] **DANIEL**, vol I. *Op. Cit*. P 202.
[97] **GERBI**. *Ibid*. P 67.

impossível de saírem deste estado natural. Porém, é compreensível que no século das luzes, homens que negassem o conhecimento sofressem este tipo de julgamento. João Daniel em sua obra faz uma afirmação que define bem tais prerrogativas.

> ***(...) "Aí é o bicho do Brasil, que há mais aparentado em todo o mundo, não por haver muitas espécies debaixo do mesmo nome, pois não se sabe mais do que de uma, mas porque em todo mundo tem muitos imitadores de sua vida[98]".***

Para De Pauw, a idéia do bom selvagem era absurda, criticando inclusive as missões, que viam os nativos como passíveis de serem catequizados e civilizados seriam eles incapazes de desenvolverem tal intelectualidade e nos mesmos não havia o menor interesse em seguir as sistemáticas sociais européias, pois lhes agradava muito o modo em que viviam:

> ***(...) tem menos sensibilidade, menos humanidade, menos gosto e menos instinto, menos coração e menos inteligência, menos tudo, em uma palavra [...] incapazes do menor progresso mental[99].***

---

[98] **DANIEL**, vol I. *Op. Cit*. P 144.
[99] **GERBI**. *Op. Cit*. P 70.

Porém, essas aproximações entre teses, são possíveis apenas no âmbito do trabalho e costumes, ao contrário de De Pauw, João Daniel não considerou o indígena débil, e tampouco a natureza impossível de ser explorada. De Pauw afirmava que a natureza selvagem como as cobras, lagartos e insetos seria mais desenvolvida que a natureza humana na América, com relação à mesma, defendia a idéia de que o ambiente natural era um enorme obstáculo para o desenvolvimento da região, ***as terras recém descobertas pareciam mal acabadas por uma inferioridade essencial***[100]. Ao contrário do filósofo, Daniel defendia o tesouro amazônico, como uma terra que tinha as mais diversas possibilidades de exploração econômica, sua riqueza estava exatamente na natureza.

> ***(...) Ainda que a principal riqueza não consiste em ter muitos minerais, mas sim em ser fértil o seu terreno, assim como a riqueza dos moradores não consiste em tratar, e manear ouros, e outros metaes, mas sim em ter abundância de viveres para o sustento de suas casas[...] aonde a fertilidade de suas terras são a invejada riqueza de seus habitantes***[101]***.***

Dentre as teses que tratam sobre continente americano e que determinam as Américas como um continente inferior principalmente em relação à natureza e o clima está a de Buffon que se formou em meados do século XVIII[102]. Em sua teoria determinou que as espécies animais e vegetais do Novo Mundo eram inferiores as do Velho mundo. Os animais da América seriam menos

[100] **GERBI**. *Op. Cit*. P 97
[101] **DANIEL, vol I.** *Op. CIt*. P 299.
[102] **GERBI**, *op cit*. P 8.

desenvolvidos física e intelectualmente, débeis. Para Buffon, esta inferioridade não se restringiria apenas aos animais, mas também aos nativos humanos, os índios. Sua justificativa baseava-se no fato dos indígenas não terem capacidade de transformar a natureza a seu favor, e, portanto eram parte do meio natural. João Daniel debate arduamente com o filósofo francês principalmente em relação ao meio natural. Para Buffon a natureza indomável teria tornado o homem selvagem, este que também não foi capaz de dominá-la e modificar o ecossistema a seu favor. Existe uma diferença entre as teses de Buffon e De Pauw, apesar de os dois apresentarem um caráter enciclopedista, o primeiro apresenta uma tese que faz referência direta ao clima e a natureza como responsáveis pelo atraso americano, já De pauw caracteriza o homem americano como incapaz de desenvolver o continente.

Para Buffon a inferioridade da América não estaria somente ligada ao fato do homem não ter a modificado. O problema estava, além disso, era intrínseco a constituição física do continente. O excesso de águas e grande proliferação de insetos e répteis teriam resultado da extrema infertilidade da região que causaria a putrefação das águas. A região amazônica na América seria então a decadência entre o mundo embrionário e o mundo em putrefação, devido ao que Buffon classificava como debilidade orgânica. A América seria um continente indomável, portanto insalubre para os povos civilizados e animais superiores. As determinações definidas por Buffon tentavam explicar cientificamente o não desenvolvimento econômico e social da América, a transformação do meio a favor do crescimento econômico e social, ou seja, a idéia de que o homem dominar a natureza era um fator essencial para determinar uma sociedade avançada no século XVIII. Mas, para o padre João Daniel, a natureza Amazônica, em si mesma era um tesouro, neste ponto confrontando a hipótese de Buffon. Na obra de

Daniel, a posição do índio parece ambígua, porque ao mesmo tempo em o inaciano classifica o indígena como bem adaptado ao clima e natureza amazônicos, os classifica como preguiçosos e incapazes.

Para justificar sua teoria de que as espécies animais americanas eram inferiores, Buffon acreditava na tese que os a maiores seriam superiores, mais desenvolvidos e perfeitos. As espécies quanto menos variam mais se tornam perfeitas, pois conservam sua estrutura original. Ao se transformar, se debilitam, pois perdem sua estabilidade racial. Assim, as espécies animais do velho mundo estariam há mais tempo no meio e portanto essas ficaram menos sujeitas a variações genéticas e esta estabilidade tornaria os exemplares animais europeus perfeitos, Buffon baseava-se na teoria Aristotélica da superioridade do eterno, do idêntico e do invariável[103].

A teoria da imutabilidade e superioridade, de Buffon não se restringia apenas as espécies animais. Os povos europeus teriam seu desenvolvimento devido à mesma linha de pensamento, seu longo período de vivência histórica e, segundo Buffon, a sua pouca instabilidade genética teria gerado povos superiores na Europa ocidental. Para estes povos ditos civilizados o ecossistema da América, debilitado naturalmente, devido as suas constantes mutações seria intransponível. Assim, a América sem riquezas naturais foi classificada por Buffon, como um continente perdido.

[103] **GERBI**. *Ibid*. P 24.

Considerando os métodos para a sua análise, as menores medidas dos animais, comparando-as com a do Velho Mundo determinava a inferioridade das espécies. Com relação ao homem americano, estabelecia as mesmas metodologias, comparando a estatura, tamanho dos órgãos sexuais e complexidade social distante do modelo de Estado europeu, isto para Buffon estabelecia a superioridade européia em relação à América.

É interessante perceber a sutileza de Daniel para rebater tais críticas, quando considera algumas espécies animais mais espertas e ágeis do que as da África e mais domesticáveis voltamos a afirmar que a defesa de Daniel direcionava-se a natureza, este era o tesouro descoberto.

> ***(...) "é tão meigo e afável o coatá[104], que parece só lhe falta o falar como a gente, com quem se abraça como qualquer criança. Com serem tão grandes são muito mansos, e se amansam muito facilmente: nem tem aquelas investidas coléricas com que algumas vezes se fazem aborrecidos os monos[105] da África".[106]***

Buffon estabelece sempre uma relação de superioridade, principalmente quando faz referência aos grandes felinos da África. Quando descreve o leão do Novo Mundo, o puma, o desconsidera desqualificando a espécie como felina e

---

[104] Espécie de macaco descrita por João Daniel comum na Amazônia.
[105] Refere-se aos macacos.
[106] **DANIEL**, *Op. Cit.* P 147.

nunca assemelha o puma aos grandes felinos do Velho Mundo. Em seu método de classificação, as dimensões são critérios importantes, o fato de não haverem na América grandes felinos, rinocerontes e girafas tornavam o continente inferior. Neste sentido, é interessante perceber a sutileza de Daniel quando claramente remete a inteligência e destreza como quesitos mais importantes à sobrevivência em uma alusão a disputa entre um leão e uma onça, descreveu:

> ***(...) "Mas não é tanto para admirar esta destreza da onça contra o jacaré, e mais animais, quanto a ousadia mais atrevida de chegar a investir com o leão, que é o rei das feras, e ainda ao matar; não a peito descoberto, mas com manha e industria [...] Faz a onça uma comprida cova até sair da outra banda, larga até o meio, e daí até o fim tão estreita que só ela possa caber pelo buraco. Feita a cova, espera que por ali passe o leão, a quem para logo, o desafia e depoes de o irritar foge, e se mete na cova, por onde é mais larga a boca da mesma, e o leão atrás da onça até chegar ao meio do buraco, e ficar entalado, de modo, que nem pode ir para adiante, nem voltar para trás. Então a onça com mais juízo, e discurso, do que instinto passando avante, torna a entrar pela boca da grande cova, e assalta pela retaguarda o leão, que por estar entalado, não se pode defender, e assim muito a seu salvo o cavalga, e lhe salta nas ancas com as unhas, e dentes a fazer anatomia, de que não cessa, enquanto não vê ao seu rei a seus pés prostrado, e morto[107]".***

[107] **DANIEL**, vol I. *Op. Cit*. P 137.

Nesta alusão, parece clara a concepção de Daniel quanto à adaptação de cada espécie, salvo os exageros, cada espécie se estabeleceria de acordo com seu conhecimento em relação ao meio em que vive, visto que leões africanos não habitam florestas tropicais, portanto o tamanho e a agilidade.

Teorias sobre a inferioridade dos trópicos não se restringiam a Buffon, Hume considerou em sua obra Of National Characters[108] os homens que viviam abaixo dos trópicos inferiores. "***Há alguma razão para pensar que todas as nações que vivem além dos círculos polares ou entre os trópicos, são inferiores ao resto das espécies".***

Hume defendia a idéia de que a inferioridade dos povos americanos estava relacionada aos próprios homens de forma generalizada, e não aos povos americanos em particular e tampouco as espécies animais, mas a fatores econômicos. Estes fatores estariam relacionados ao clima, Hume defendia a idéia que o nexo entre clima e inteligibilidade estavam intensamente relacionados.

Para Voltaire não existia problema na diversidade das espécies, ao contrário do que pensava Buffon, tampouco em relação às semelhanças ou não entre as espécies. Para este pensador, a América seria pouco desenvolvida porque seus nativos não seriam criativos e, em parte, estúpidos demais. Os animais seriam menores que seus "primos" europeus, africanos e asiáticos devido à escassez de alimentos na região dos trópicos, essa falta de alimentação

[108] **D. Hume**. Essays. World Classics, Londres. 1904. P 213. Apud. Gerbi, 1993.

adequada teria levado a um baixo desenvolvimento intelectual do homem americano. Seria também responsável pelos atos de canibalismo na América. No entanto, para Voltaire a América não seria inferior a Europa, porém tão corrompida quanto, exceto pelo Eldorado, local que o autor considerava o mundo ideal[109], pelo fato de ser imaginário.

Portanto, a intransponibilidade dos problemas climáticos naturais como, a infertilidade do solo, calor extremo (inferno verde) seriam as causas do não desenvolvimento de sociedades civilizadas e impedindo qualquer tipo de progresso na América principalmente econômico.

As classificações de Buffon certamente expressavam a necessidade dos europeus de confirmar sua superioridade em todas as categorias, tanto humanas, no que diz respeito à racionalidade, quanto dos animais e vegetais. No entanto, as discussões propostas por Buffon fazem parte de um discurso eurocêntrico.

É possível observar que, as teorias de Buffon apoiavam-se em antigas teorias Aristotélicas sobre a natureza, e que o novo universo de diversidades e novas espécies animais e até mesmo a cultura humanística que a América apresentava era um campo praticamente inexplorado e ainda estava a ser mais bem estudado no âmbito científico. As definições de Buffon se baseavam em teorias claramente não aplicáveis no Novo Mundo, eram adaptações e conclusões transportadas para um universo intocado do ponto de vista da análise intelectual

[109] **DOMINGUES**. *Op. Cit*. P 101.

até então. A América necessitava de teorias desenvolvidas a partir de experimentações regionais como se apresenta a obra do Pe. João Daniel. Em Buffon, a América é classificada como inferior devido as suas diferenças.

Para os demais autores citados os problemas relativos a não possibilidade do desenvolvimento da América perpassavam as teorias aristotélicas de Buffon. É possível concluir que estes autores não atribuíam os problemas da América especificamente à gênese das espécies humanas nativas da região, mas também as intransponibilidades climáticas regionais que levariam a um debilitado desenvolvimento das espécies humanas e animais generalizadamente.

A escassez de alimentos e riquezas naturais explicaria a má formação intelectual e física dos animais e dos povos da América. Além disso, tornaria inteligível de certa maneira para o europeu a prática da antropofagia assim, se distanciando da explicação cristã sobre estes comportamentos. Essas incompatibilidades climáticas seriam os principais motivos para o não desenvolvimento intelectual e também econômico das sociedades americanas já que a não possibilidade de exploração econômica impedia qualquer tipo de progresso regional, principalmente em relação à amazônica.

Neste sentido, João Daniel tratou de rebater as concepções desenvolvidas por estes autores, principalmente com relação às possibilidades de desenvolvimento regionais. Suas idéias reforçam a hipótese de que um diagnóstico sobre as potencialidades e condições climáticas da Amazônia

necessitava de uma análise a partir de perspectivas realizadas localmente esta era sua maior crítica aos que ele classificava como filósofos de gabinete[110].

> ***(...) "Grande objeção tem contra si os filósofos no clima do Amazonas, por que mostra com experiência, que nem todos os discursos são evidências na praxe, e que nem toda a experimentação é infalível nos experimentos[111].***

O trabalho deste inaciano tratou de rebater categoricamente as idéias que se faziam referentes às condições climáticas descrevendo contrariamente tais perspectivas, quando se dedica a relatar as condições específicas sobre a qualidade das águas, direta ou indiretamente fez comprovar-se o relato descrito na citação anterior.

> ***(...) "Vê-se claramente esta verdade no Amazonas; porque estando debaixo perpendicularmente da zona tórrida, que os discursos, e especulação provam inabitável, mostra a experiência e praxe, que não só é habitável, mas muito sadia[112].***

[110] **DOMINGUES**. *Op. Cit*. P 122.
[111] **DANIEL**, vol I. *Op. Cit* P 52.
[112] *Ibid*. P 53

Dentro desta concepção para defender a hipótese de desenvolvimento econômico do Vale Amazônico. Pe. João Daniel considerava a região como um dos lugares mais ricos do mundo no ponto de vista dos recursos naturais e com grandes possibilidades de crescimento a partir de processos que aproveitassem as riquezas naturais amazônicas e transformassem o meio em prol de um desenvolvimento econômico.

Sendo assim, tratou de relatar sua experiência prática, em um ponto, contradizendo a tese que afirmava a podridão das águas pelo aspecto que apresentava[113]. Buffon acreditava que a grande proliferação de insetos e moscas estava relacionada com a podridão das águas, partindo da teoria de que essas pragas geravam-se espontaneamente de ambientes podres. Para rebater tal afirmação, Daniel descreveu no oitavo capítulo de sua obra, afirmando que na maior parte do rio Amazonas as águas são lodosas e não sadias para se beber. No entanto, a região seria cercada de fontes inesgotáveis e que mesmo em alguns muitos rios as águas seriam mais do que propicias para o consumo[114]. Nos rios adjacentes a condição seria diferente segundo João Daniel.

> ***(...) "Não sucede assim nos rios colaterais, porque é tão limpa e pura a sua agoa, que parece um cristal de clara, e dela bebem sempre os seus colonos, que ordinariamente tem por eles suas moradias e povoações. Exceto no rio madeira e alguns poucos, que também correm turvos e com lodo".***

[113] **GERBI**, *Op. Cit*. P 14.
[114] *Ibid*. P 52

Ainda sobre o mesmo assunto João Daniel, fez comparações com as pragas do Egito, que apesar de ser uma região fértil, também é cercada de pragas como insetos e moscas[115]. Afirma que certas pragas são comuns na Europa, como as baratas apesar de afirmar que por lá, serem mais escassas, e ser a Amazônia a pátria das baratas[116], porém afirma que certas pragas comuns ao Velho Mundo não são presentes na América como pulgas e percevejos.

João Daniel refutou a idéia defendida por Hume de que as nações que viviam nos trópicos seriam inferiores devido às condições climáticas. O inaciano afirmou que a região apresentava uma contínua e perpétua primavera, e estaria livre das drásticas mudanças devidas as outras estações do ano[117], claramente se posicionando a idéia de clima defendida por Buffon. Afirmava ainda, o mesmo padre, que tais condições tornavam a Amazônia mais agradável do que a própria Europa, por não estar exposta a eventos climáticos como tufões, e que devido à praticamente manutenção da mesma temperatura e alta umidade todo o ano, esta seria um dos terrenos mais férteis conhecidos no mundo.

> ***(...) "As zonas em que dividem todo o mundo são cinco. As duas últimas dizem os filósofos, serem muito frígidas e desabrigadas, pela distância do sol, e seus calores. As médias são temperadas, por não serem excessivos os calores, nem frios insuportáveis. A Central cortada pelo meio equinocial, diziam os antigos, que era totalmente deserta, e inabitada pelos ardores do sol. Por estas contas e discursos***

[115] **DANIEL**, *Op. Cit*. P 156.
[116] *Ibid*. P 159.
[117] *Ibid.* P 54.

> ***todo o grande destricto do Amazonas seria insuportável, por muito queimado ou menos tisnado do sol, porque não só esta debaixo da zona tórrida, mas bem perpendicular ao sol, como dissemos, mas a verdade é que nela habitam os seus naturaes muito contentes, e não disgostam dela, nem a rejeitam os europeos"[118].***
>
> ***
>
> ***(...)"É pois o Amazonas muito temperado nos seus climas[...]mais temperado, e saudável, que a própria Europa"[119].***
>
> ***
>
> ***(...)"Daqui nasce o ser a terra muito úmida e fria, cuja umidade com os calores do sol causam uma tal tempérie, que o fazem ser o mais fértil terreno de toda a América ; e talvez de todo o mundo"[120].***

A Amazônia de João Daniel não se apresentava como uma região cercada de tesouros lendários e mitos extradiordinários, tão pouco tórrida, inabitável e inferior, no que diz respeito a seu estado de desenvolvimento. A visão deste jesuíta perpassa essas questões e visões comuns aos europeus que vislumbravam os mistérios amazônicos, a ponto de organizarem grandes expedições em busca de mitos de tesouros, ou descreverem um cenário sombrio. Em sua obra o padre inaciano tratou nas duas primeiras partes de desmistificar

---

[118] **DANIEL**. *Op. Cit*. P 54
[119] *Ibid*. P 54.
[120] *Ibid*. P 54.

lendas e descrever desde o início de sua obra o que viria justificar a terceira e quarta partes de seu revelador trabalho. A Amazônia seria um potencial econômico natural, não devido a seus mitos e lendas, mas em conseqüência de seu potencial econômico que seriam correspondentes as inúmeras possibilidades de exploração das propriedades que a própria natureza teria a oferecer tais como as drogas do sertão e a riqueza faunística da região. A fertilidade do solo amazônico traria a possibilidade de outras culturas, sendo este outro tesouro a ser descrito por João Daniel, já que seus conhecimentos provém provavelmente de experimentações anteriores já citada.

Este inaciano em questão fez transparecer em sua obra que tinha consciência do papel transformador da Ordem religiosa a qual pertencia no cenário amazônico e reconhecia a função da evangelização nesse processo de mudança do meio organizacional social amazônico. Neste sentido, sua proposta se coloca como uma resposta ao projeto pombalino de desenvolvimento da região e seria possível, além disso, uma análise de seu trabalho com a intencionalidade de demonstrar uma crítica ao próprio processo de domínio colonial regional, que de explorava com ineficiência a riqueza econômica amazônica[121] apresentaria falhas em seu modo de produção, já que segundo ele seria possível uma eficácia maior, a partir de observações simples, como por exemplo, à substituição do cultivo de maniva[122] por milho, devido a questões segundo João Daniel obvias, a maniva necessita ser plantada em terreno seco e dispendioso, demora muito tempo para ser colhido e para isso é necessária muita mão de obra, além do mais desgasta o solo a ponto de, em algumas poucas colheitas torna-lo inútil, já o milho

[121] **ASSUNÇÃO**. *Op. Cit.*
[122] Mandioca.

poderia ser plantado as margens, devido à umidade e fertilidade desses solos[123] e para seu cultivo não seriam necessários grandes contingentes de trabalhadores e alem disso, as plantações estariam ao lado das habitações evitando grandes deslocamentos[124]. Outra questão pontual seria talvez a discussão que naturalmente se levanta em um trabalho tão grandioso e abrangente sobre a própria natureza humana dos indígenas e suas possibilidades. O embate seria relativo às teses que vigoravam na Europa do século XVIII, que tinha como expoente Buffon.

Com essas perspectivas de discussão que esta dissertação pretende trabalhar e analisar tais hipóteses. Nossa intencionalidade é de discutir os tesouros e as descrições do que viria a ser a riqueza amazônica descoberta por João Daniel posto no início de sua monumental obra. Conseqüentemente, seguir as discussões que poderiam ser levantadas sobre a condição dos nativos amazônicos como apontado por Domingues[125], que para nós parece natural e propositada.

[123] Consultar **LATHRAP**, Donald. O alto amazonas. Lisboa: Editorial Verbo. 1970.

[124] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 397
[125] **DOMINGUES**. *Op. Cit*.

CAPÍTULO III – Aproveitando o tesouro do Amazonas: a resposta do João Daniel e a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão

III. I João Daniel: povoamento, estabilidade e riqueza para o Amazonas.

A perspectiva desse trabalho é analisar para quem estava direcionada a obra de João Daniel, sua resposta segundo o enunciado, respondia a algum sujeito. Certamente, como já mencionado, a política pombalina de supressão das práticas da Ordem Inaciana e as acusações de dominarem o comércio e a produção de derivados agrícolas e a mão de obra nativa, que era essencial para o desenvolvimento da região Norte da colônia portuguesa provocou reações. João Daniel tratou como já discutimos no primeiro capítulo de refutar tais acusações em sua obra, demonstrando que o domínio da Ordem apontado pelo governador do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado era ilusório, os lucros das fazendas suplantavam apenas os gastos na manutenção das missões. No entanto, como já apontado esta posição de João Daniel levantou uma questão importante. As missões cultivavam as mais variadas culturas, todas indicadas por João Daniel, como o cultivo de arroz, milho, cacau entre outros. Assim, as missões não prosperaram economicamente devido ao que João Daniel classificou como o princípio fundamental da Ordem, que deveria se manter para a conversão e catequização dos gentios, daí as posses e as fazendas. Porém, o êxito das missões chamou a atenção do governo português, que enxergou uma oportunidade de crescimento econômico nas práticas agropecuárias realizadas pelos missionários em suas fazendas. Quando ocorreu o seqüestro dos bens da Ordem[126], ficou claro que a região do Extremo norte da colônia escondia um tesouro, e o êxito da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão reforça

[126] **DIAS**. *Op. Cit.*

esta hipótese. Os inacianos descobriram o tesouro, o utilizavam e exploravam para a manutenção dos deveres divinos da Ordem Inaciana, sua influência na região era considerável, estavam em todos os pontos da Amazônia portuguesa, para manter sua eficácia na conversão dos gentios, grandes estruturas eram necessárias. O aldeamento onde eram reunidos indígenas das mais diversas culturas tinham como *missão* evangelizar, para tal era necessário fixar-se, esta concentração tinha a finalidade da conversão[127]. Mas, se os inacianos descobriram o tesouro e João Daniel o descreveu, os portugueses foram quem o aproveitaram.

O plano português de desenvolvimento do Amazonas deveria promover e regulamentar a mão de obra indígena, este o maior dos problemas do Amazonas, retomar o controle político que estaria nas mãos dos religiosos, reconhecer e aproveitar os benefícios naturais para o desenvolvimento de uma Companhia de Comércio sólida.

A Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão tornou-se uma das maiores empresas mercantis existentes na segunda metade do século XVIIII, seus dividendos extrapolaram as expectativas da coroa, estimulando o cultivo de produtos tropicais comerciáveis, ***a Companhia encaminhou em sólidas linhas o processo de desenvolvimento econômico das terras do alto norte da colônia***[128]***.*** Os planos da empresa de Pombal eram reconhecer e valorizar os aspectos mercantis e naturais da Amazônia, João Daniel tratou de fazê-lo na

[127] **L'ESTOILE**, Charlotte de Castelnau. Operários de uma vinha estéril: Os jesuítas e a conversão dos gentios no Brasil – 1580-1620. São Paulo: EDUSC, 2006. p 19.
[128] **DIAS**. *Op. Cit*. P 475.

prisão e a coroa na prática. Assim, neste capítulo será feita uma discussão que levanta hipótese de que os planos de Pombal para exploração da Amazônia corroboravam com a idéia de João Daniel.

É fato que tanto a coroa portuguesa, quanto para João Daniel a população que vivia no Norte dos domínios portugueses na América do Sul era pobre. Para João Daniel as práticas agrícolas, principalmente em relação ao cultivo da maniva, eram o principal problema que emperrava o desenvolvimento da região, em vários momentos de sua obra criticou esta prática.

> ***"Do que temos visto se infere qual seja a causa de que no Estado do Amazonas, onde as terras são imensas, e aonde a fertilidade não tem semelhante em todo o mundo, haja pobreza, e muita pobreza, e sejam poucos os homens ricos e abastados. É sem dúvida a falta de economia na agricultura das terras; é falta de providência nas verdadeiras sementeiras; é; e tem sido o cultivo da maniva[129]".***

O cultivo da mandioca é laborioso demais, torna a terra infértil após algumas colheitas e exige muita mão de obra. Para Daniel outras culturas eram mais eficientes e propícias, como o arroz e o milho. O aproveitamento de frutas como o cacau, geraria mais lucros, pois esta é uma "especiaria" mais cara e natural do Amazonas. Essa observação provém das observações feitas por ele

[129] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 191.

nas fazendas em que visitou, justifica-se este fato nas próprias observações descritas pelo padre.[130]

Para o governador do Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado o Estado do Grão Pará e Maranhão também era pobre, mas não apenas em relação às práticas agrícolas e costumes dos nativos e colonos, era uma terra sem lei, onde o poder público estaria ausente e a organização jurídica inexistente.

> ***"porque é uma necessidade indispensável assim para a economia deste cidade como para os bens do conselho que todos se achão perdidos, e em nada há mais do que uma pura confusão, ignorando estas gentes estes estabelecimentos e o quanto eles importão, sendo esta ignorância uma das partes que concorre para a confusão e a desordem, em que acha este Povo, faltando-lhe todos os meios da sua subsistência, e não havendo na câmara quem lhe aplique remédio"***[131]

Esta citação remete o testemunho do Governador do Estado, que descreve a total falta de assistência da coroa aos cidadãos que viviam na região, não haviam leis que fossem respeitadas, eram comuns estupros, tráfico de nativas e assassinatos. Portanto, para Daniel e para a coroa era extremamente necessário que uma melhor organização política fosse implantada, essencial para

---

[130] *Cf. Cit* 35 e 36.

[131] Carta de Mendonça Furtado a Diogo de M. Corte Real, datada do Pará a 15 de novembro de 1753, in "A. B. A. P. P" Doc. Nº 23, tomo II p 33 e segs. Pará 1902. (*Apud* **DIAS**, 1971. P 134).

o desenvolvimento mercantil. Além disso, a organização da mão de obra era essencial, assim como as culturas agrícolas, este o ponto crucial para Daniel, nas partes quinta e sexta de sua obra propõe uma série de procedimentos para o melhor aproveitamento das riquezas amazônicas. Para a coroa também a organização da mão de obra era essencial, mas era necessário tira-la do domínio dos inacianos, torna-la legal e não escrava. Certamente a produção e o comércio eram importantes, mas primeiro era necessário regulamenta-la.

Segundo o inaciano, o princípio para a organização de todo o Estado do Amazonas estava ligado a como explora-lo, a organização deste processo levaria aos fins que a coroa planejava. O melhor plantio e a pratica de culturas agrícolas apropriadas aumentariam o lucro da coroa, povoariam os territórios resolvendo a questão da uti possidetis, a organização da mão de obra indígena e assentamento dos colonos resolveria este problema. Para João Daniel a resposta estava na terra, no manejo do tesouro por ele descrito.

> ***"Do que se infere que a agricultura do Amazonas deve ser acomodada a seu estado; não vale no Amazonas a praxe da cultura das mais terras [...] Deve-se logo buscar outro meio, outra praxe. Muito diverso ao cultivo das terras descobertas, trabalhadas, e já cultivadas das mais regiões[132]".***

[132] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit* P 167.

A forma de cultivo da terra levava a pobreza do Estado, havia a insistência dos nativos e colonos na maniva, que exigia muita mão de obra e degradava a terra no tempo de duas ou três colheitas. Isto obrigava os nativos a mudarem constantemente, mantendo um hábito milenarmente comum nas terras altas. Estudos arqueológicos remontam os costumes dos povos indígenas das terras altas no Amazonas, devido ao cultivo da maniva as aldeias indígenas mantinham uma seqüência de ocupação circular, provavelmente ocupavam um território exploravam o cultivo da maniva e quando a colheita já não era possível migravam para locais distantes poucos quilômetros e assim sucessivamente em um movimento de ocupação e reocupação[133]. Nas aldeias que se localizavam nas margens dos rios o cenário aparentava ser diferente, os povos comuns aquela região aproveitavam os benefícios das margens e suas riquezas, sua dieta era, mas rica e diversificada[134]. Porém, como observado por Porro[135]o cenário amazônico do século XVIII já não era o mesmo, as grandes populações que ocupavam as margens do amazonas já não existiam, haviam sido dizimadas por doenças e pelos próprios europeus, isto facilitou a migração dos povos das terras altas para as margens já que a resistência dos conhecidos omáguas[136] não existia mais. João Daniel relata uma passagem em sua obra que reforça esta hipótese.

> ***"Nem obsta a rezão que alguns podem dar de que ainda com todos os incovenientes supra da farinha de pau pode o Amazonas ser mui povoado, e aumentado, porque antigamente antes, e quando nelas entraram os europeus, eram tantos os índios, tantas, e tão povoadas, numerosas as***

[133] **MEGGERS**, Betty, J. Amazônia: a ilusão de um paraíso. São Paulo: EDUSP, 1987.
[134] **ROSEVELT**, Anna C. Arqueologia Amazônica. In História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1992. P 53-87.
[135] **PORRO**. *Op. Cit.*
[136] Povo das águas.

> ***suas povoações, que basta dizer que só em um pequeno rio dos seus colateraes, qual é o rio Anibá, queimou uma vez uma tropa de portugueses 700 aldeias tão populosas que poderia se chamar cidade, e o mesmo se via pelos mais rios, e pelas suas margens...”[137]***

Os índios contemporâneos de João Daniel, não aproveitavam as margens e a desprezavam como relatou.

> ***“... e no desprezo que tem as margens, e terras que todos os anos regam, e alagam suas águas, pois sendo inúteis estes alagadiços para a mandioca de que usam, são mais acomodadas para as searas dos milhos[138]”***

No século XVI os omáguas ocupavam as margens do Amazonas devido às riquezas naturais e a fertilidade dos solos nesta região, correlatos arqueológicos apontam vestígios de prováveis grandes ocupações nas margens do Amazonas mesmo antes da chegada dos europeus[139], provavelmente os impactos do

[137] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 439
[138] *Ibid.*

[139] **NEVES**, Eduardo. G, “Levantamento Arqueológico da Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões, Estado do Amazonas: Continuidade das escavações, análise da composição química e montagem de um sistema de informações geográficas”. Relatório de atividades apresentado a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo Processo 02/02953-7. 2003.

conquista e principalmente as doenças modificaram este cenário. Porro afirma que sempre houve disputas entre os povos das terras altas e baixas, com a dizimação do povo das águas o caminho ficou livre para os indígenas das terras altas para aproveitarem as margens. Nesta mudança de cenário, provavelmente os novos ocupantes das margens trouxeram seus hábitos agrícolas de cultivo da maniva, práticas que João Daniel correlata, de ocupação e reocupação do solo.

Portanto, é coerente a proposta de João Daniel que afirma que a ocupação do Amazonas seria eficaz através do aproveitamento da fertilidade do solo, principalmente nas regiões de várzea… ***"basta qualquer lavrador com sua família para cultivar qualquer grande campo[140]"*** o mesmo propõe o cultivo de uma série culturas para o melhor aproveitamento de um solo tão fértil.

Assim, segue a proposta de João Daniel, que se enquadra em um projeto para o melhor aproveitamento dos tesouros amazônicos, sua natureza. A organização da exploração da terra resolveria os problemas referentes à posse, já que obrigaria a ocupação e o trabalho levaria a sedentarização dos nativos. Em sua proposta afirma o padre que as formas de manejo da terra na Amazônia deveria ser diferentes da conhecida prática na Europa. A Amazônia era um território virgem e fértil, mas sua flora ainda bruta, usualmente os colonos que vinham da Europa conheciam o cultivo mais fácil da terra, segundo João Daniel, lá a terra já estava pronta, os descampados eram mais fácil de serem manejados. Por aqui, o clima favoreceria o cultivo de vários gêneros agrícolas, mas os meios para aproveitar estas riquezas eram outros.

---

[140] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 436.

> ***"Do que se infere que a agricultura das terras do Amazonas deve ser acomodada ao seu estado; na vale no Amazonas a praxe da cultura das mais terras do mundo, deve-se buscar-se novo método para as beneficiar"***[141]

Os colonos que chegavam ao Amazonas e se deparavam com o tesouro de João Daniel, a natureza logo desanimavam, suas terras se compunham de matas intermináveis e altas árvores, estes apenas conheciam a forma de preparar o solo comum a Europa, provavelmente seria difícil a partir de seu conhecimento vivido conceber possibilidades para o aproveitamento dessas terras.

> ***"As mais terras como são já trabalhadas, e cultivadas, basta-lhes o arado para o seu benefício; nas matas da América de nada vale o arado nos seus princípios, porque é impossível romper as diversas enraizamas de seu grande arvoredo aos mais fortes arados, ainda que sejam puxados por muitas juntas de bois; trabalhariam debalde os bois, se quebrariam todas as arados, e cansar-se iam debalde os lavradores, se o tentassem no Amazonas a lavoura e o cultivo das terras segundo a praxe do mais no mundo".***[142]

---

[141] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 149.
[142] *Ibid.*

Era esta tentativa que desanimava os colonos, eram necessários muitos escravos, trabalhosa e longa mão de obra, limpar estes campos exigia muitos gastos, isto não era possível para a maioria dos trabalhadores. Além disso, este desânimo obrigava o governo a conceder cada vez mais terras para o mesmo colono fato este que tornava difícil a ocupação por contingente. Insistente em sua afirmação que o solo Amazônico era o mais fértil do mundo dizia que ***nestas matas se fazem sementeiras com tanta facilidade, e brevidade como é só o meter o grão na terra***[143]. Para sanar tal problema e aproveitar tamanha fertilidade, João Daniel propôs um método adequado.

> ***"Escolhida a mata para fazer o roçado, sem atender a se é virgem, isto é, que ainda está como a criou a natureza nos séculos antigos, nem se é casta de madeira tão alta[...] entram na diligência de a limpar por baixos dos arbustos que vão crescendo, dos cipós que sobem as arvores, e finalmente de tudo aquilo que pode impedir serventia dos índios por baixo do arvoredo, que procuram ter bem expedito. Depois de feita esta diligência, entram na 2º de pisar a casca das arvores com uma facilidade notável, porque só picam a casca da árvore à roda em um círculo para que evitar a comunicação com o suco, que recebem da terra; isto fazem por todo o lugar que querem estender sua seara ou plantamento[...] feita esta diligência têm feito o maior trabalho, e só tem que esperar alguns tempos para que seque toda aquela mata, como na verdade sucede, porque privada a árvore do suco, e umidade da terra, que só recebe pela casca, e de que só vivia, e se conservava, entra a mata a murchar,***

[143] **DANIEL**, vol II. *Op Cit*. P 150.

entram a secar-se as folhas, e a cair no chão; também se secam as pontas dos galhos, e ramos mais tenros, até finalmente lhe cair toda a folha, e ficam a árvore seca...[144]".

Esse método facilitaria o trabalho e diminuiria o tempo para se limpar as matas para tornar possível o plantio de culturas mais diversificadas, tendo em vista que nestes solos férteis tudo se plantaria. A fertilidade do solo amazônico se explica cientificamente pela arqueologia que denomina estes solos como ***terra preta de índio***. Estudos recentes feitos pela equipe do projeto denominado PAC[145] coordenado pelos professores Dr. Eduardo Góes Neves, James Petersen e Michael Heckenberger vem apontando importantes conclusões. A Amazônia pré-colombiana seria densamente povoada e os depósitos de descarte dessas populações teria tornado estes solos extremamente férteis, as ocupações remontariam mais ou menos trezentos anos antes da chegada dos europeus[146] este tipo de solo foi observado em todos os sítios estudados pelo PAC. Em um sítio específico o solo fértil chegaria a profundidade de 80 cm, neste local à ocupação provável durou cerca de 200 anos[147] . Portanto, este presente de Deus segundo João Daniel e herança de culturas indígenas anteriores deveria ser mais bem explorado. Esta proposta de João Daniel provavelmente se baseou em suas

---

[144] *Ibid.* P 153.
[145] Projeto Amazônia Central.

[146] **PETERSEN, NEVES and HECKENBERGER**, *"Gift from the Past. Terra Preta and Pre-Histór ic Amerindian Occupation In Amazônia",* In Unknown Amazon, Culture and Nation in Ancient Brazil**,** McEwan; Barreto and Neves, eds. London: British Museun Pres, 2001.

[147] **TAMURA**, Anderson T. A. A Ocupação pré-colonial do sítio Lago Grande. Relatório final de pesquisa de iniciação científica. FAPESP, 2006.

observações dos costumes indígenas, este hábito era comum aos nativos, mas para o plantio da maniva que ele considerava prejudicial para o desenvolvimento da Amazônia.

Dentro de sua proposta outro problema efetivo no Amazonas no século XVIII seria resolvido, o da mão de obra. Era reclamação constante dos colonos a falta de indígenas para a realização dos trabalhos ligados a terra. João Daniel afirmava que ***"é tão fácil a praxe dos índios, que basta uma só pessoa o concluir um espaço de matas em apenas um só dia"[148].*** Assim, novamente seu tom aparenta uma resposta ao projeto pombalino e justifica sua afirmativa de que os inacianos trabalhavam com alguns poucos índios em suas missões. Seu método apontava a efetividade de tais práticas.

Para solucionar a questão da posse da terra e justificar os limites, como determinava o Tratado de Madri, Daniel propõe uma solução que para ele parecia óbvia, porém só possível por meio do manuseio correto do solo. Para o autor eram necessárias terras estáveis, o cultivo de diversas culturas poderia favorecer o assentamento definitivo, mas o manejo da maniva tornava isto impossível, ***devido à precisão de buscarem sempre todos os anos novas matas, e novas terras.***[149]

> ***"Deve-se buscar melhor economia, e dar novas providências para evitar todos estes inconvenientes e fazer as terras***

[148] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 155.
[149] *Ibid*. P 160.

> ***estáveis; pois que na sua estabilidade e permanência consiste a melhor e maior riqueza dos moradores, e do bem comum, digo do bem comum porque como podem as povoações aumentar-se e florescer se não têm terras permanentes os seus vizinhos? Como poderão cobrir as cidades e seguintes?*** [150]***".***

Para que seja possível a estabilidade da terra, a cultura da maniva deveria ser extinta e substituída por outras práticas de plantio, segundo a experimentação e observação de João Daniel existiam opções das mais variadas e necessárias para o aumento do Estado como o cultivo de grãos dos mais variados como o trigo, milho e o arroz porque ao contrário da maniva, maturam mais rápido e podem ser semeados várias vezes no mesmo local sem prejuízos para o solo. Estes grãos, por serem comuns a Europa e por lá muito consumidos seria de boa economia para o comércio regional e externo. ***"Nas mesmas terras do Pará, e seus subúrbios, se dá e frutifica bem o trigo segundo a experiência de alguns curiosos*** [151]***".*** Porém os moradores estariam, segundo a insistência de João Daniel neste assunto, dominados pela maniva e seu cultivo, a farinha de pau era parte essencial na base alimentar dos colonos e obviamente dos indígenas.

O cultivo do trigo não teria se desenvolvido no Amazonas pela falta de insistência dos colonos, mas Daniel propõe outros cultivos apropriados ao clima e generosidade da natureza amazônica. A cultura do milho se daria muito facilmente no Amazonas, seu plantio seria fácil e o cultivo rápido, alem disso seus

---

[150] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit*. P 161.
[151] *Ibid*. p 174.

grãos seriam bem consumidos na Europa o que tornaria fácil seu comércio trazendo bons lucros para a coroa. Partindo do raciocínio de João Daniel o cultivo do milho seria interessante comercialmente devido a seu plantio necessitar de pouquíssima mão de obra, alias qualquer um poderia cultivar e manejar a terra para este fim seguindo o método proposto por Daniel, portanto o custo para plantio e colheita seria baixo tornando o preço final deste produto atrativo para o mercado Europeu.

> ***"Primeiramente o terreno para os milhos não só não necessita de grandes matas, como a maniva, mas antes ao contrário, basta para fazer sua sementeira à terra de qualquer pequeno mato, ou qualquer capoeira[152] dos roçados antecedentes[153]".***

Esta facilidade e conveniência econômica tornavam atraente e propício o aproveitamento do cultivo do milho alem disso, seu cultivo ajudaria a povoar melhor a Amazônia ***" aproveitam-se com a seara dos milhos e se fazem as mais permanentes as terras , porque servem ou servem tantos anos as mesmas ou de dous em dous conforme quiserem[154]".*** Como já comentado, o assentamento permanente resolveria, segundo Daniel, a questão do povoamento na Amazonas. O tesouro apresentaria uma série de opções para o cultivo, algumas especiarias deveriam ser mais bem aproveitadas como o cacau, que era cultivado nas missões, pimentas, palmitos, cupuaçu e as demais drogas do sertão que tinham um alto valor comercial na Europa, estas seriam facilmente

[152] Mata secundária.
[153] **DANIEL**, vol II. *Op. Cit.* P 177.
[154] *Ibid*. P 178.

domesticadas e por serem naturais do Amazonas manejadas sem mais dificuldades. Sugere o padre uma melhor organização do Estado para uma melhor povoação. Primeiro as terras deveriam ser mais bem divididas e preparadas para os novos colonos que viessem chegando, os que já estivessem fixados e com bom lucro em suas searas deveriam preparar a terra para os novatos sendo pagos por este trabalho, seria também uma maneira de empregar os índios em algum trabalho em quanto às colheitas não maturassem. Assim, acabando com a escravidão e propondo uma solução para aplicabilidade da lei de liberdade dos índios, que não deveriam mais ser escravos, mas vassalos do rei. Para tal providência o próprio Daniel afirmou que ***"tirada agricultura da maniva, de nenhuma utilidade são os escravos e seus senhores[155]"***. Esta auto-suficiência e organização do trabalho seriam essenciais para o desenvolvimento do Estado do Grão Pará e Maranhão.

Resolvidos os problemas da produtividade e da mão de obra, para onde seriam mandados estes gêneros agrícolas. Um fator determinante para o sucesso do projeto de Daniel é a organização do transporte dos frutos da terra, os rios são a única e eficaz maneira de transporte rápido, o cenário geográfico amazônico favorece esta prática, a descrição dos rios que o padre fez na primeira parte de seu livro, tinha uma funcionalidade, apresentar as possibilidades de seu aproveitamento, mas como no cultivo, esta prática deveria ser organizada. ***"Não há canoas, nem barcos públicos, e de aluguel, como há, e se usa na Europa, e mais no mundo, tudo por falta de economia, ou por incúria dos magistrados[156]***. Novamente a crítica a falta de presença do Estado no Amazonas, era necessário o braço do Governo para melhor organizar o transporte público e também do

[155] *Ibid*. P 201.
[156] *Ibid*. P 213.

magistrado, Daniel relatou que para as próprias diligências dos oficiais faltavam canoas, estes se viam obrigados a emprestar embarcações de particulares ***"fazem muitos militares tomando canoas aos particulares com o salvo conduto de que são para o serviço real[157]".*** As embarcações, as canoas indígenas não eram as mais propicias para o transporte de materiais, eram de difícil manejo e pouca capacidade de carga, sendo que para grandes quantidades eram necessárias varias canoas, muita mão de obra tornando este processo caro e pouco eficaz. Como a escravização dos índios era uma insistência dos colonos o uso destas pequenas embarcações era impraticável

> ***"... sempre se veriam necessitados a tê-los para as navegações, transportes e serventias precisas; e a falta deles seria um dos maiores impedimentos ao estabelecimento dos novos povoadores, e ao aumento de estado, assim como também o é aos antigos, que nunca puderam haver escravos, ou os perderam por mortes, por fugidas, ou pela promulgação da Lei das Liberdades[158]"***

Daniel critica a incoerência de tais leis, porque para o transporte por meio de canoas, que o mesmo considerou obsoleta. Como obter mão de obra se os colonos não poderiam pagar a mão de obra e a Lei das Liberdades proibia a escravidão? Certamente a escravidão era mantida. E os meios também. Para Daniel, as embarcações deveriam ser maiores, e seriam de excelente serventia no rio que ele classificou na primeira parte de sua obra como o maior do mundo,

---

[157] *Ibid*. P 214.
[158] *Ibid*. P 215.

nos colaterais em sua maioria também tinham margens largas e extensas que tornavam a navegação de embarcações maiores possível.

> ***"... devem pôr se no rio Amazonas ao menos dous ou três, ou quatro, barcos, que se podem chamar barcos de carreira, ou da passagem, com viagens sempre encontradas, subindo uns, descendo outros, os quais aportando brevemente nas povoações, nas missões fortalezas e sítios dispersos pelo interior dos rios se possam bem servir todos aqueles habitantes, comunicar e navegar sem a precisão de canoas, e escravos próprios, só com o pagamento do justo aluguel de suas pessoas, ou das suas remessas, como se pratica no mais mundo[159]".***

Tais práticas seriam essenciais para o desenvolvimento do Amazonas, então seriam necessários o melhor cultivo e manejo da terra aproveitando a fertilidade do solo e dos fritos da terra como apresentou o padre, o melhor transporte dos proventos destas colheitas e resgate por meio de embarcações adequadas e diligências feitas por embarcações oficiais. Para estas tarefas todos os serviços seriam remunerados, tornando assim possível à execução da Lei das Liberdades, que proibia a escravidão dos gentios. Portanto, não seria mais ***necessário já mais assolar as missões, desacomodar os missionários e perseguir os índios; e por isso todos interessam nesta providência[160]".***

---

[159] *Ibid*. P 222.
[160] *Ibid*. P 223

Faltaria para Daniel o imprescindível para o melhor encaminhamento e sucesso da economia regional, feiras e mercados que tornassem possível o comércio e consumo das produções.

> "***Uma das maiores faltas de economia que se sente nas colônias do Amazonas é o na haver mercados em praças públicas, nem gênero algum de feiras em que se vendam e comprem fazendas, e se comutem os gêneros, como se costuma em toda república bem governada***[161]**"**

A implantação de redes de mercados seria essencial para o funcionamento de seu projeto que segue uma básica mercantilista simples. A produção com baixo custo e pouca mão de obra tornaria rentável o preço do produto final, o transporte para as feiras e redes de comércio seria feito por embarcações grandes e apropriadas, todo o trabalho neste processo seria remunerado, tornando obsoleta a escravidão. Pensando em mercado de consumo, a ótica de João Daniel faz pleno sentido atualmente, a produção remunerada gera consumo obrigando um relativo capital de giro. Esta remuneração para Daniel não seria pouca porque as drogas do sertão e outros grãos como o arroz e o milho também são bastante consumidos na Europa, portanto trariam bons rendimentos aos colonos e nativos. Mas para desembocarem nos navios que se destinavam a Europa, os mercados e feiras deveriam intermediar essa rota de comércio, para tornar e principalmente dar lucro aos colonos menos abastados. Mas, não havia incentivo do Estado para a execução de tais práticas.

---

[161] *Ibid*. p 225.

Porém, para o sucesso de tamanha empreitada proposta no projeto de João Daniel para o melhor aproveitamento do tesouro amazônico, mais importante do que a organização do Estado pela coroa, e mais também do que a conscientização dos colonos em relação às práticas agrícolas e possibilidades das mais variadas de manejo e cultivo de especiarias e grãos era a importância da presença dos inacianos no Amazonas. Em toda a obra o padre ressaltou a importância da evangelização dos índios, pois para ele não se diferenciavam das demais bestas da floresta, um processo de civilidade era essencial.

> ***"precisados os seus padres espirituais a faze-los primeiro gente, e depois cristãos, dirigi-los igualmente no temporal e no espiritual, quanto mais úteis forem as economias que observarem, maior será o benefício que farão a eles..."***[162]

Daniel fomentou uma estrutura e estratégia para o desenvolvimento do Estado que se configurou pelas minúcias de seu trabalho, a execução de tal empreitada, devido à eloqüência de seus escritos simples, mas ao mesmo tempo não fáceis. Perpassavam suas propostas pelos poderes e decisões da coroa principalmente em relação à manutenção dos trabalhos da Ordem sem restrições nas terras lusas do alto norte de sua colônia, para tal o Marques teria que voltar em sua decisão de expulsão e seqüestro dos bens dos inacianos, e como observado no primeiro capítulo, isto se configuraria impossível.

---

[162] *Ibid*. P 329

III. II A Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão: agricultura, povoamento e enriquecimento.

Como citado João Daniel descreveu o tesouro e apresentou as mais diversas possibilidades de aproveitamento de tais riquezas. No entanto, quem usufruiu o tesouro foi à coroa. Não por acaso o Brasil chamou a atenção de outras nações que buscavam matéria prima para alimentar seu processo de produção. Portugueses, holandeses, franceses, ingleses e espanhóis disputavam a região e suas riquezas desde o século XVI. Os portugueses defendiam seu território aparentemente apenas pela posse da terra, os demais já sabiam parcialmente dos tesouros que João Daniel descreveu a riqueza do Brasil não estava nas pedras preciosas que tanto perseguiam os colonos, mas na sua natureza. A importância do Marques de Pombal neste sentido foi crucial, seu plano de exploração visava à valorização da natureza e utilização das riquezas naturais para o comércio com a Europa. A criação e concretização da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão foi essencial para tal empreitada.

O Estado do Grão Pará e Maranhão necessitava como enfatizou João Daniel de organização. A coroa portuguesa precisava estabelecer uma estratégia que financiasse seu projeto que consistia em organizar a defesa do território, porque o mesmo despertava interesse de outras nações. A solução era a Companhia de Comercio de Estado do Grão Pará e Maranhão, seus lucros deveriam suplantar os gastos com a defesa do território e também ser interessante no ponto de vista econômico para a coroa.

As riquezas estavam nas mãos dos portugueses, aliás, sempre estiveram, mas a para serem exploradas. O projeto português para o desenvolvimento do Estado pareceu seguir as determinações de João Daniel, o aproveitamento das fazendas das missões contribuíram para o desenvolvimento da Companhia, como enfatizou João Daniel, nestes locais os jesuítas diversificavam suas plantações além de aproveitar o que a natureza amazônica oferecia as drogas do sertão, a diversidade de peixes e anfíbios comerciáveis. ***Estimulando o cultivo de produtos tropicais comerciáveis, a Companhia encaminhou em sólidas linhas o processo de desenvolvimento econômico das terras do alto norte da colônia[163].*** Assim, a coroa começava a usufruir o tesouro de João Daniel.

Para justificar a posse do território era necessário povoa-lo. O plano português se resumia em possibilitar aos colonos o cultivo da terra, tornar fixa sua posse e diversificar os cultivos para além da maniva, somente assim seria possível povoar o território, se não estivesse isolado em sua prisão pareceria que Daniel era quem determinava as ações da coroa, pois afirmava que para a melhor economia tanto dos moradores quanto da coroa era necessária a estabilidade e a permanência dos colonos nas suas respectivas terras[164] . A Companhia de Comércio pôs em prática tal plano e a atividade agropecuária fornecia produtos que abasteciam os navios portugueses que seguiam para além mar. A participação dos colonos neste processo contribuiu para uma estabilidade financeira dos mesmos ***"o giro mercantil criava, assim, centros estáveis de colonização e de enriquecimento social[165]"***. João Daniel afirmava que a agricultura amazônica só teria êxito quando os moradores abandonassem ou enxergassem possibilidades agrícolas além da maniva, como o cultivo do arroz,

[163] **DIAS**. *Op. Cit*. P 476.
[164] **DANIEL** *Op. Cit.*
[165] *Ibid*. P 476.

milho, cacau e as demais drogas do sertão, estas mercadorias eram desejadas pelo mercado europeu e por um alto preço. Foi exatamente o incentivo destas culturas agrícolas que contribuiu para o desenvolvimento da Companhia de Comércio do Estado do Grão Pará e Maranhão, Pombal incentivou estas práticas porque sabia que trariam grandes lucros, pois eram atrativas para o mercado europeu ***"A Companhia pombalina pode favorecer a fixação do homem, contribuindo sobremaneira para a mudança da paisagem geográfica de certas áreas tropicais[166]".***

Esta prosperidade que começou a partir do sucesso da companhia pombalina, apontou para uma nova mudança no cenário ocupacional, étnico e cultural no Amazonas. Como relatado no século XVI e XVII a várzea era densamente ocupada, no XVIII as migrações de povos das terras altas mudaram sensivelmente este cenário, pois o avanço europeu trouxe doenças e disputas violentas entre as diferentes culturas em choque naquele momento histórico, fato que facilitou migrações de outros povos com suas culturas para a várzea. Com a possibilidade de o indígena tornar-se vassalo do rei, sua mão de obra ser remunerada e o crescimento econômico do Amazonas devido às atividades da Companhia de Comércio do Estado do Grão Pará e Maranhão é provável que as relações sociais e culturais tenham se transformado. A miscigenação entre colonos e índios ***argamassou a nova sociedade do alto norte da colônia[167]***. Esta provável mudança foi possível apenas após a sedentarização dos agricultores e organização da mão de obra regional. De certo apenas em relação isto Daniel estivesse enganado, pois não concebia esta possibilidade, seu

[166] *Ibid*
[167] *Ibid.* P 477.

contexto explicaria, as disputas pela mão de obra e rixas entre os próprios colonos eliminariam qualquer possibilidade de convívio.

Assim, o aproveitamento da riqueza e fertilidade do solo amazônico, que como afirmava João Daniel eram os mais férteis de todo o mundo[168] foi o fator essencial para a defesa dos territórios, pois a mesma financiava as tropas nas fronteiras e circulavam facilmente nos rios amazonenses que favoreciam e era a mais eficaz maneira de circular pelo amazonas, tanto para a proteção de território quanto para o transporte de mercadorias. Neste ponto os projetos se encontram, Daniel afirmava que a fluvialidade regional deveria ser aproveitada, era um meio barato e rápido de traslado, essencial para o desenvolvimento comercial. Mas as embarcações deveriam ser adaptadas, as canoas dos indígenas não eram eficazes, barcos maiores fariam com mais eficácia esta trabalho. Foi isto que fez o governo do Estado. Aproveitou os lucros da Companhia de Comércio e modernizou as embarcações do Amazonas.

O êxito da coroa e de seu projeto pra o desenvolvimento do extremo norte de suas posses deve outro impacto interessante. Como discutido no capítulo II, a América era vista pelos naturalistas europeus como um continente impossível de ser civilizado, sua natureza exótica e selvagem era inóspita. Uma das grandes discussões presentes na obra de João Daniel é exatamente sobre este tema, onde ele tratou de defender a Amazônia e rebater essas críticas que denegriam o Novo Mundo. Em um tom quase nacionalista, afirmava que este território possuía as mais diversas riquezas naturais, seu clima era perfeito e com um potencial econômico enorme, a frígida Europa não apresentaria as mesmas possibilidades.

[168] *Ibid.*

O interesse das nações européias, obviamente exceto as ibéricas, no Novo Mundo, teve início pela observação e consumo dos gêneros agrícolas oriundos destas terras. O território passou a ser cobiçado, daí a urgência de Portugal em fortificar suas fronteiras e o litoral brasileiro, pois uma natureza intocável e perniciosa não poderia gerar bons lucros as nações ibéricas, e os mesmos europeus pagar caro por especiarias vindas de terras tão ignotas como as da América.

Porém, o êxito da companhia durou até 1777, com a morte do rei D. José I, morreu também o poder pombalino e Portugal, Daniel não presenciou o fato, não conseguiu sair da prisão, faleceu no cárcere um ano antes da morte do monarca, em 1776. Mas, por poucos meses não presenciou a o início do que veio a ser a viradeira em Portugal, pois as mudanças de poder começariam no ano de sua morte. Em novembro o rei caiu doente, e sua recuperação era improvável, sem seu principal aliado e por ter colecionado em seus anos de testa de ferro do rei muitos inimigos, sabia que julgamentos o aguardavam. Com a morte do monarca D Mariana Vitória chamou para si as responsabilidades políticas da corte dando fim ao poder de Pombal. Quando D. Maria I assumiu, tirou os poderes do marquês, reconheceu seus feitos, mas um ano e meio após perder seu poder foi julgado. Já com oitenta anos de idade esforçou-se em defender-se, seu legado não foi respeitado. Apesar de déspota, suas políticas levaram Portugal a um novo patamar cultural e econômico, mas como dito não reconhecido. Depois de condenado, não foi privado de exercer sua intelectualidade, como o fez com os inacianos presos em Portugal, caso de João Daniel, porém sentiu o desgosto de não ter sua obra reconhecida, a idade lhe salvou da prisão. ***Pombal morreu em 1782, cinco anos depois de sua queda – um ancião abandonado, muito***

enfermo, mas desafiador[169]. Um ano antes o padre jesuíta João Daniel teve destino semelhante na prisão aos 54 anos. Sua obra seria publicada em 1974, quase duzentos anos depois. Morreu João Daniel, seqüencialmente Pombal perdeu seu poder e a Companhia de Comercio do Estado do Grão Pará e Maranhão foi extinta, o tesouro foi esquecido.

[169] **MAXWELL**. *Op. Cit. P 168.*

Conclusão:

A obra de João Daniel certamente é um documento dos mais importantes da História do Brasil, inserida num contexto delicado de disputas entre a coroa portuguesa e a Ordem inaciana.

O século XVIII foi um marco na mudança e avanço do pensamento das relações do homem com a natureza e sociedade. Os papeis de cada um destes elementos eram de essencial importância para a se explicar, com boa razão, o sentido lógico do mundo. A visão clerical e medieval caiu junto com ela o poder da Igreja começou a ser questionado, a ciência da razão permearia os estudos sobre a natureza do homem. Era a época das luzes, e a América e conseqüentemente a natureza da colônia portuguesa estava em pauta, como explicar um continente tão diferente em todos os aspectos, naturais, étnicos e culturais? O homem em estado de natureza? O que era a América? Esta foi à questão principal para os filósofos, naturalistas e intelectuais da época. Foi neste contexto de ricos questionamentos que viveu João Daniel. Tratou este padre de discutir tais conceitos, defender e responder a quem denegrisse a terra em que trabalhou e se formou padre.

A ascensão do Marques de Pombal a primeiro ministro do rei D. José I significou o início de sérios conflitos entre a Ordem inaciana e a Coroa. Pombal considerou os seguidores de Inácio de Loyola traidores e liderou uma campanha contra os padres que culminou na sua expulsão de Portugal e suas posses além

mar, contribuiu inclusive para a extinção da Ordem Inaciana no mundo. Eram acusados de escravizar e utilizar para o benefício econômico das missões os indígenas, praticar comércio e exploração de especiarias, dominarem as fronteiras e afrontar com veemência as ordens do rei. È nesse contexto que se enquadra a obra de João Daniel.

Nossa perspectiva foi trabalhar como a obra poderia representar uma resposta ao governo de Pombal. Daniel tentava provar que a região era um tesouro, poderia ser explorado e tornar-se uma grande fonte de lucros para quem o dominasse, é neste sentido que se enquadra à resposta de João Daniel aos naturalistas Europeus. Sua obra se enquadra dentro da polêmica do Novo Mundo[170], e o inaciano aparece ao lado de outros jesuítas presos após a supressão da Ordem de Loyola que responderam aos naturalistas franceses sobre a América e suas riquezas. Porém, mesmo dentro os desterrados da América a obra de Daniel se diferencia, não apenas rebate as teses de Buffon, De Paw e outros, mas apresenta as respostas, descreve a natureza e sua riqueza e aponta diversas possibilidades de aproveitamento do tesouro amazônico. Para isto, a presença dos inacianos na região era fundamental devido a os padres terem primeiro a função evangelizadora e civilizadora, segundo um grandessíssimo conhecimento da fauna e flora americana, a Amazônia no caso de João Daniel, e terceiro saberem como aproveitar e utilizar melhor à mão de obra dos nativos. Todo este conhecimento partia do conceito mais importante para Daniel, a experiência.

[170] **GERBI**. *Op. Cit.*

Assim sua obra pôde ser lida como um projeto de desenvolvimento para o Vale Amazônico apresenta uma discussão além da simples descrição da natureza, para ele cada elemento tem uma funcionalidade e deve ser bem descrito para ser mais bem utilizado e explorado economicamente. Aí está o tesouro, nas riquezas naturais, na diversidade de frutos, espécies animais e vegetais, na fertilidade do solo que aceita as mais diferentes sementes do mundo, no clima perfeito. Mas, a perseguição da Coroa contra os inacianos foi incisiva, então tratou o padre de defender a Ordem a que pertencia. Questionou e respondeu cada acusação, tentando provar que não tinham sentido e eram causadas por simples perseguição do marquês. Insistiu sempre que a função evangelizadora era o princípio da Ordem, e suas posses existiam apenas para o sustento das missões, não havia a intenção de enriquecer. Certamente esta necessidade obrigou os inacianos a conhecerem e aprenderem como explorar a terra tendo em vista que suas missões estavam em quase todos os lugares e influenciavam um enorme contingente de índios. Foi esta experiência que levou ao conhecimento.

Esta terra em que Daniel viveu e aprendeu a valorizar não era um continente inabitável com seres débeis e inferiores. Sua resposta esta no projeto que fomentou, mostrando o valor de seu tesouro. Após 1759, Portugal usufruiu do Tesouro, pareceu seguir os passos do projeto de Daniel, estabilizou a economia local, povoou, diversificou as culturas agrícolas e contribuiu para a organização da mão de obra no Estado do Grão Pará e Maranhão. A Companhia de Comércio do Estado teve êxito, mas ironicamente até o ano da morte de João Daniel, que faleceu em 19 de janeiro de 1776, onze meses depois D. José I caiu doente e de seu leito jamais retornou, faleceu no primeiro mês do ano seguinte e junto com ele

caíram Pombal e a Companhia de Comércio do Estado do Grão Para e Maranhão.

FONTE:

DANIEL, João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.

DANIEL, João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas. Rio de Janeiro: Contra ponto, 2004.

BIBLIOGRAFIA:

ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios Jesuíticos: A administração dos bens divinos. Tese de doutorado em História social apresentada a FFLH – Departamento de História, USP-SP. São Paulo, 2001.

AZEVEDO, João Lucio de. O Marquês de Pombal e sua Época. Ed Alameda, São Paulo, 2004.

BANDEIRA, Elcia Torres. Modernização e Conflito no Brasil Pombalino. Companhia das Letras. 2003.

CARDOSO, Patrícia Domingues Woolley. Diário de Bordo de um Jesuíta Expulso de Estado do Grão Para e Maranhão, 1757-1758. 26º Reunião da SBPH. Rio de Janeiro, 2006.

COELHO. Mauro César, A descendência de Noé: A viagem filosófica e a promessa de uma Amazônia Iluminada. In Amazônia em Cadernos nº6, Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 2001. P. 67-126.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. .

DIAS, Manuel Nunes. A Companhia do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). São Paulo: XXXVII Coleção da Revista de História. USP. 1971.

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais”: A constituição de redes de informação no império português em finais dos Setecentos. In História, Ciências, Saúde-Manquinhos, vol III (suplemento), 823-38, 2001.

DOMINGUES, Beatriz H, Tão Longe Tão Perto: a Ibero América e a Europa Ilustrada. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

ECKART, Alselm. Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal. São Paulo: Loyola, 1987.

FALCON, Francisco José Calazans: A ilustração e sua época. In. Ensaios: A Época Pombalina (política economia e monarquia ilustrada). São Paulo, Ed. Ática. 1993.

FAUSTO, Carlos. Os Índios Antes do Brasil. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000.

GAY, Peter. The enlightenment. In A Comparative approach to American History. 1968.

GERBI, Antonello. La Disputa del Nuevo Mundo: “História de una polemica 1750 - 1900”. Fondo de cultura econômica do México. México, 1993.

GRUZINSKY, Serge. A colonização do Imaginário. Companhia das Letras. 2003.

JUNIOR, José Alves de Souza. “Entre o Céu e o Inferno: religião, negócios e conflitos na Companhia de Jesus no Grão-Pará”. Capítulos 2 e 3. Tese de doutorado em História social apresentada ao programa de pós-graduação em História, PUC-SP. São Paulo, 2007.

LATHRAP, Donald. O Alto Amazonas. Lisboa Editorial Verbo, 1970.

LEITE, Serafim, S.J. A História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: Portugalia, 1938.

L'ESTOILE, Charlotte de Castelnau. Operários de uma vinha estéril: Os jesuítas e a conversão dos gentios no Brasil – 1580-1620. São Paulo: EDUSC, 2006.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. Tradução Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEGGERS, Betty, J. Amazônia: a ilusão de um paraíso. São Paulo: EDUSP, 1987.

MELLO, Márcia Eliane Alves de. "Para servir a quem quiser": Apelações dos índios na Amazônia portuguesa. In. Rastros da Memória: História e trajetória das populações indígenas na Amazônia / Patrícia Melo Sampaio e Regina de Carvalho Erthal (org). Manaus: EDUA, 2006.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do Governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). Rio de Janeiro: IGHB tomo III, 1963.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: Culturas e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEVES, Eduardo. G, "Levantamento Arqueológico da Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões, Estado do Amazonas: Continuidade das escavações, análise da composição química e montagem de um sistema de informações geográficas". Relatório de atividades apresentado a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo Processo 02/02953-7. 2003.

PETERSEN, NEVES and HECKENBERGER, *"Gift from the Past. Terra Preta and Pre-Históric Amerindian Occupation In Amazônia",* In Unknown Amazon, Culture and Nation in Ancient Brazil, McEwan; Barreto and Neves, eds. London: British Museun Pres, 2001.

PERRONE-MOISES, Beatriz. Índios Livres e índios escravos: princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In. História dos índios no Brasil. Companhia das letras, São Paulo. 1992.

PORRO, Antonio. História Indígena do Alto e Médio Amazonas: séculos XVII e XVIIII. In: História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAYMUNDO. Letícia de Oliveira, O Estado do Grão Para e Maranhão na nova ordem política pombalina: A Companhia Geral do Grão Para e Maranhão e o Diretório dos Índios (1755-1757). In. Almanack brasiliense nº3. 2006.

RIBEIRO, Elivam Rosas. O Marques de Pombal e o Mercantilismo em Portugal. In: Pombal e a modernização do sistema colonial (Manuel Correia de Andrade/org). São Paulo: Brasiliense, 1964.

RODRIGUES, Isabel da Silva Reis Vieira. O Governador Francisco Xavier e Mendonça Furtado no Grão Pará e Maranhão (1751-1759). Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 1997

ROSSEAU, J. J. O Contrato Social; princípios de direito político. São Paulo: Edições e Publicações Brasil S. A, 1960.

SILVA, Wilton Carlos Lima. As terras inventadas: Discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

TAYLOR, Anne. História pós colombiana da alta Amazônia. In História dos índios no Brasil. Companhia das Letras, São Paulo. 1992.

TAMURA, Anderson T. A. A Ocupação pré-colonial do sítio Lago Grande. Relatório final de pesquisa de iniciação científica. FAPESP, 2006.

TODOROV, Tzvedan. A Conquista da América: A questão do outro. Martins fontes. São Paulo. 1996

VILLALTA, Luis Carlos. A educação na colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos. In A margem dos 500 anos: reflexões irreverentes. PRADO, Maria Ligia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). São Paulo: EDUSP, 2002.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo